

Boletim Informativo | n. 35 | mar. 2023

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



Coordenação-Geral de
Planejamento no SUS | CGPS

Coordenação da Gestão dos Instrumentos de
Planejamento no SUS | COGINP

DEPARTAMENTO DE GESTÃO
INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA | DGIP

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Sumário

Resultados relativos ao Plano de Saúde	5
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)	7
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG).....	12
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)	18
Referências	37

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: plano de saúde, programação anual de saúde e os relatórios de gestão.

O plano de saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A programação anual de saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O relatório detalhado do quadrimestre anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o relatório anual de gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com o artigo 22 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir plano de saúde, conselho de saúde e fundo de saúde.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP)** é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao plano de saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

ISSN 2764-4286

2023 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative

Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsm.s.saude.gov.br

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa
Coordenação Geral de Planejamento no SUS/Coordenação de Gestão dos Instrumentos de Planejamento no SUS
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede
CEP: 70058-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3315-3442
E-mail: coginp@saude.gov.br
Site: www.gov.br/saude

Coordenação:

Rui Leandro da Silva Santos

Elaboração:

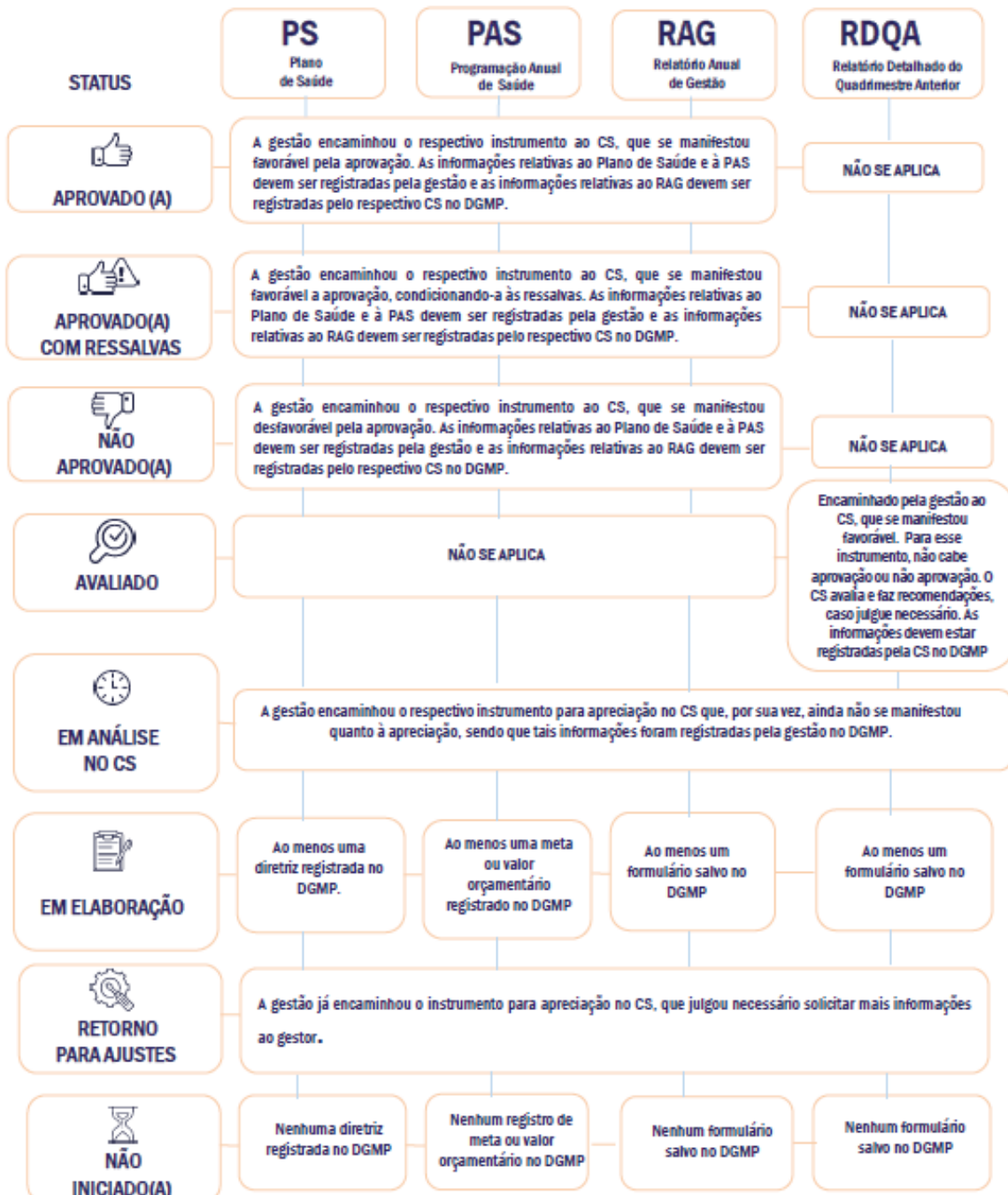
Dorian Chim Smarzaró

Colaboração:

Fabiano Messias da Silva
Henrique Flávio de Souza
Jardenia Marçal Rosa
Luiza Maria Pereira Schaidt
Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

SOBRE OS *STATUS* NOS GRÁFICOS

Neste boletim, os *status* apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto à sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos Conselhos de Saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada *status*.

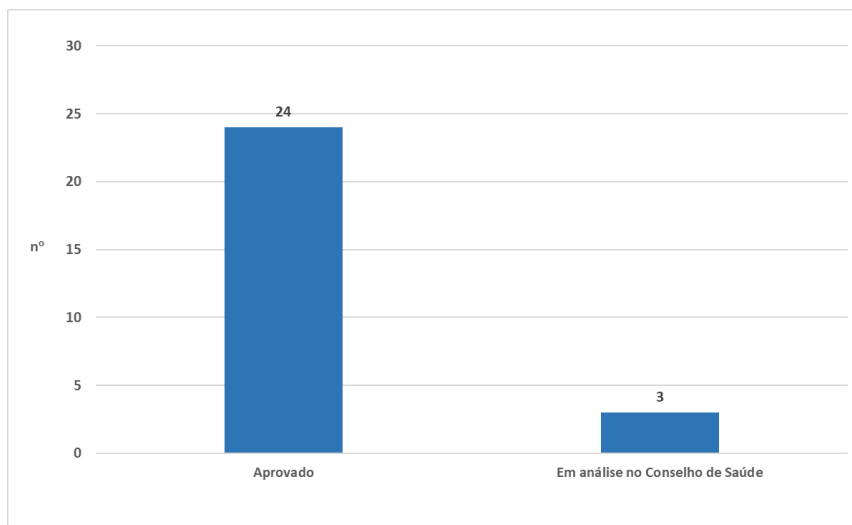


RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde

O gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal no quadriênio 2020-2023 conforme dados disponíveis no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP). Três Secretarias Estaduais de Saúde (Pará, Alagoas e Goiás), cuja situação no gráfico está descrita como “Em análise no Conselho de Saúde”, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação dos respectivos planos de saúde.

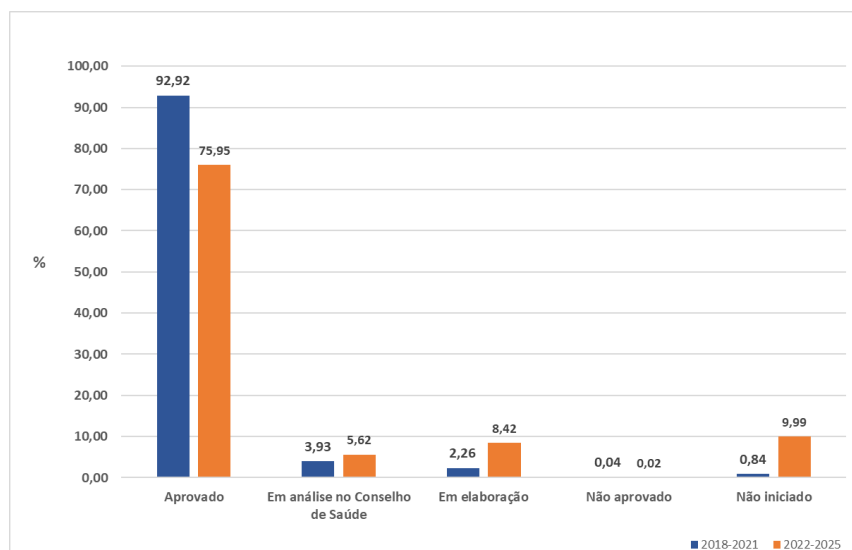
Gráfico 1 – Número de das unidades federativas que registraram o plano de saúde no DGMP , segundo status (2020-2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Com relação aos municípios, observa-se pelo gráfico 2 que a maior parte está com os planos de saúde aprovados pelo Conselho de Saúde para os dois ciclos de planejamento. Um total de 219 municípios (2018-2021) e 313 municípios (2022-2025) estão com seus planos de saúde “Em análise no Conselho de Saúde”, portanto, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação do respectivo instrumento.

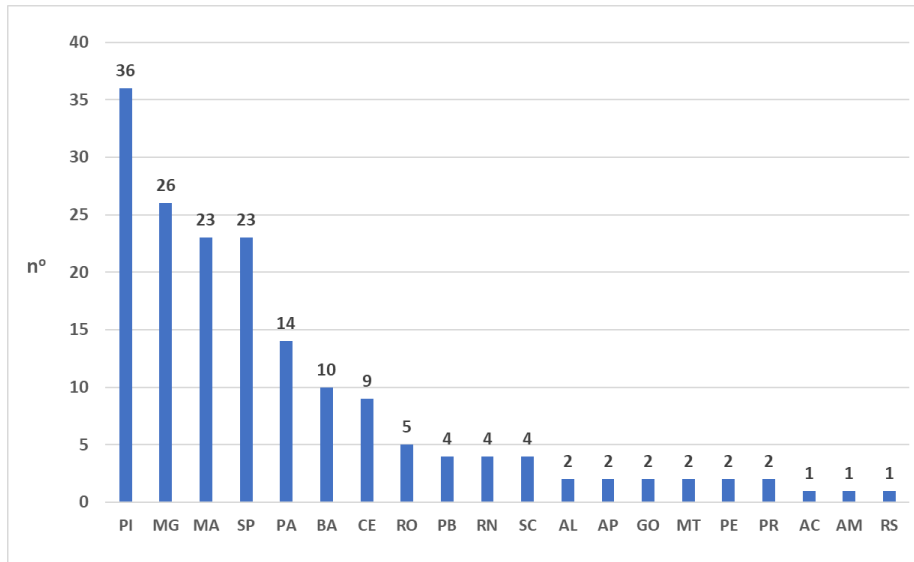
Gráfico 2 – Situação do plano de saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018-2021 e 2022-2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Há um quantitativo de municípios que não inseriram o plano de saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado). São 173 municípios (2018-2021), distribuídos por 20 estados brasileiros, a maior parte deles em quatro estados: Piauí (36), Minas Gerais (26), Maranhão (23) e São Paulo (23), conforme gráfico 3.

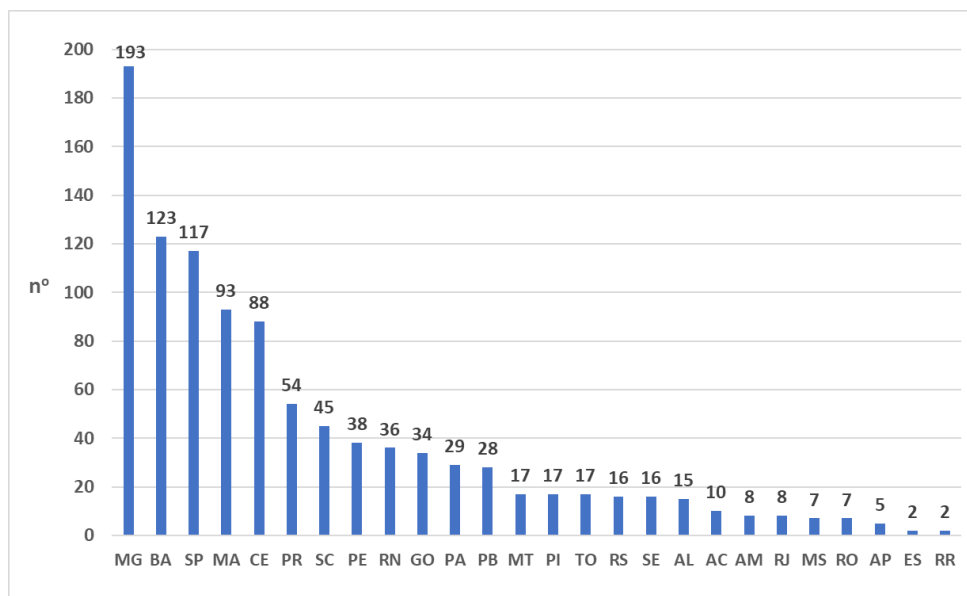
Gráfico 3 – Número de municípios que não inseriram o plano de saúde 2018-2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Para o ciclo de planejamento 2022-2025, são 1.025 municípios que não inseriram o plano de saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado).

Gráfico 4 – Número de municípios que não inseriram o plano de saúde 2022-2025 no DGMP, segundo estado

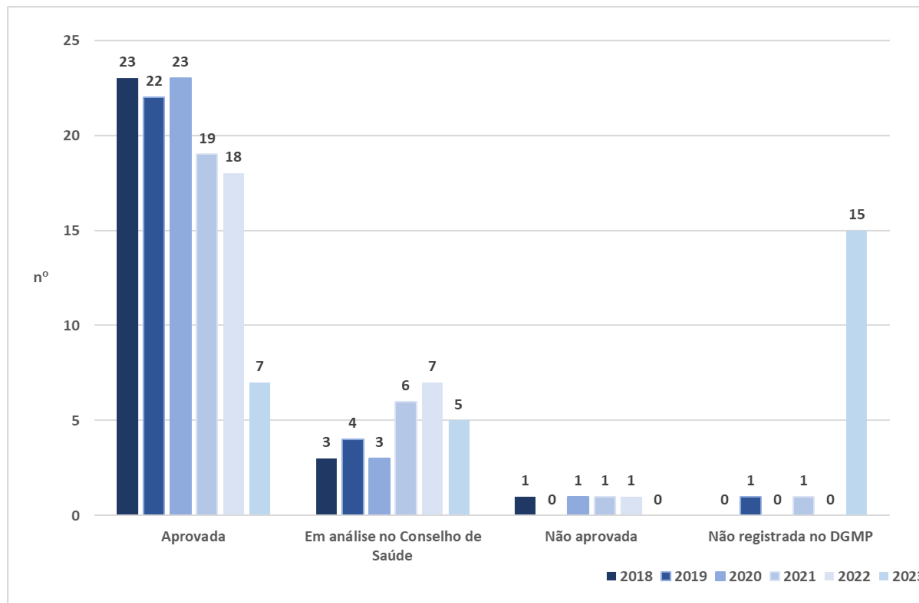


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)

Considerando-se os *status* que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), observa-se pelo gráfico 5 que o número foi semelhante para quase todos os anos da série, excetuando-se o ano de 2023: 2018 (27), 2019 (26), 2020 (27), 2021 (26), 2022 (26) e 2023 (12). Quinze estados não registraram a PAS de 2023 no DGMP. Há pendências ainda em 2019, 2021 e 2022 (um estado em cada ano).

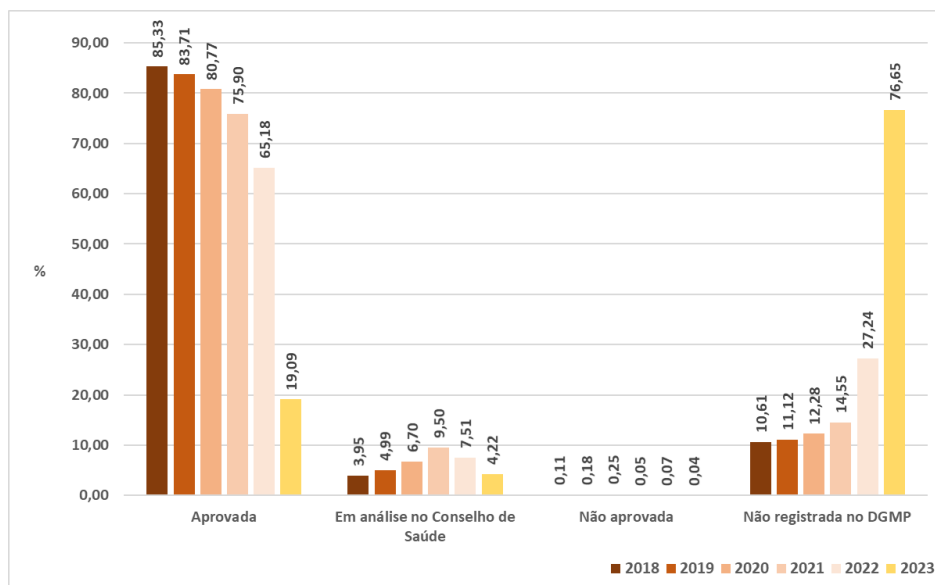
Gráfico 5 – Número de unidades federativas, segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Numa análise similar para os municípios, considerando-se os *status* que representam registro no DGMP (Aprovado + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), as proporções são apresentadas no gráfico 6: 2018 (89,39%), 2019 (88,88%), 2020 (87,72%), 2021 (85,45%), 2022 (72,76%) e 2023 (23,35%).

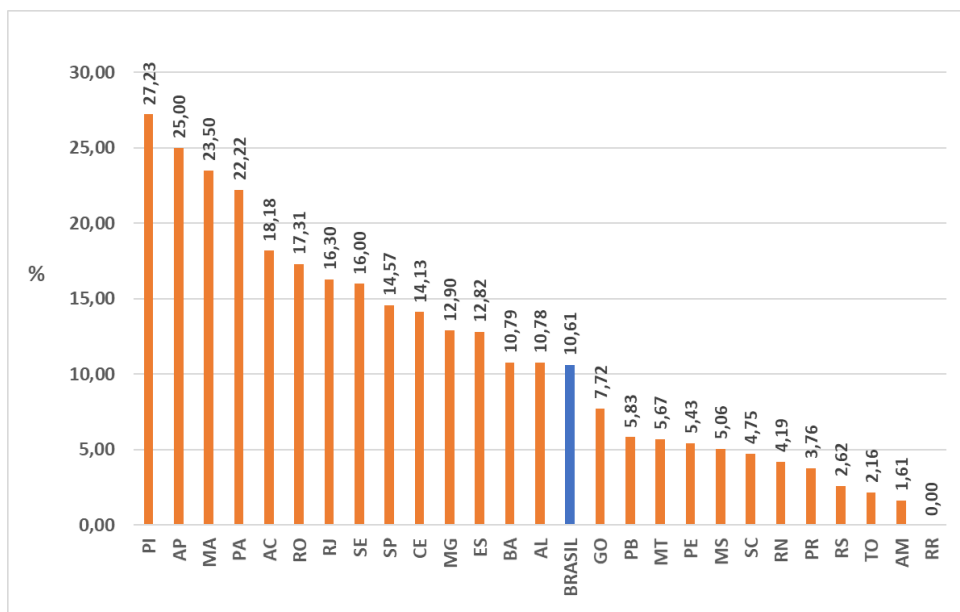
Gráfico 6 – Percentual de municípios brasileiros segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Por outro lado, há municípios que não inseriram a PAS no DGMP em toda a série histórica. A inserção da PAS é condição para elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e Relatório Anual de Gestão (RAG) dos respectivos anos. Em 2018, aproximadamente 11% dos municípios não tinham inserido a PAS no DGMP. A maior proporção foi observada no estado do Piauí (27,23% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 7.

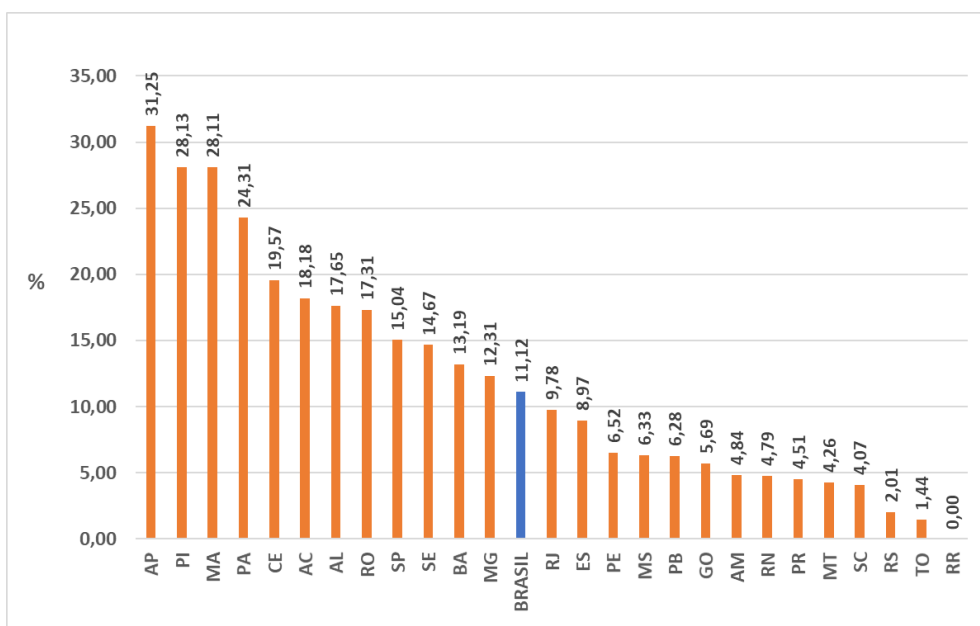
Gráfico 7 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2018 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi verificada no estado do Amapá (31,25%). A proporção para todo o país foi de 11,12%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 8.

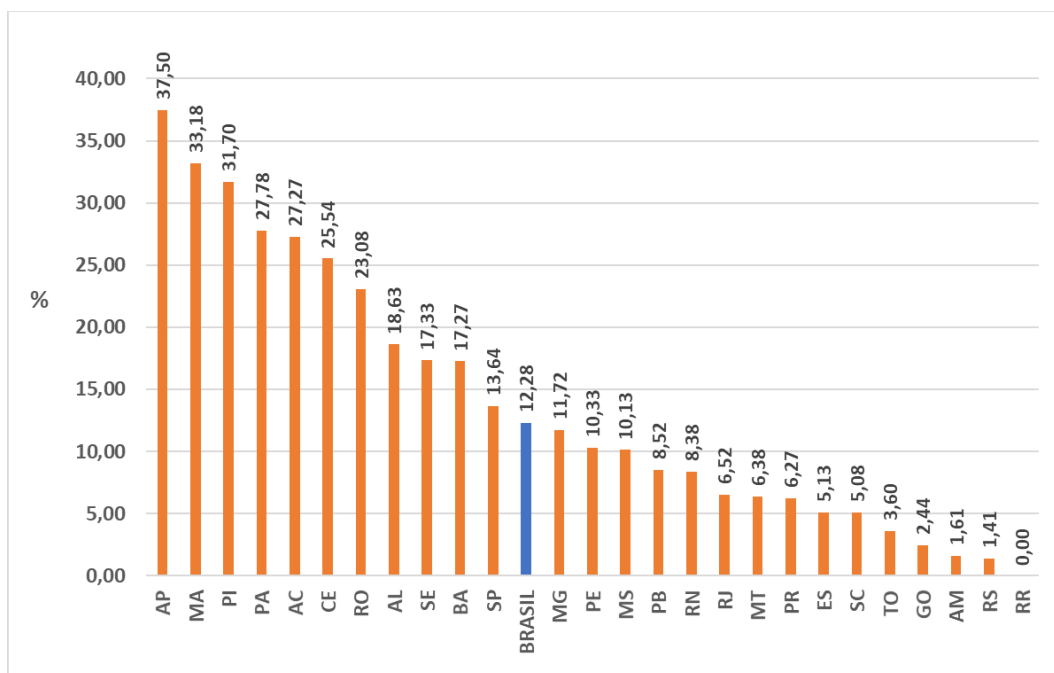
Gráfico 8 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2019 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Para a PAS 2020, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi verificada no estado do Amapá (37,50%). A situação por estado está descrita no gráfico 9.

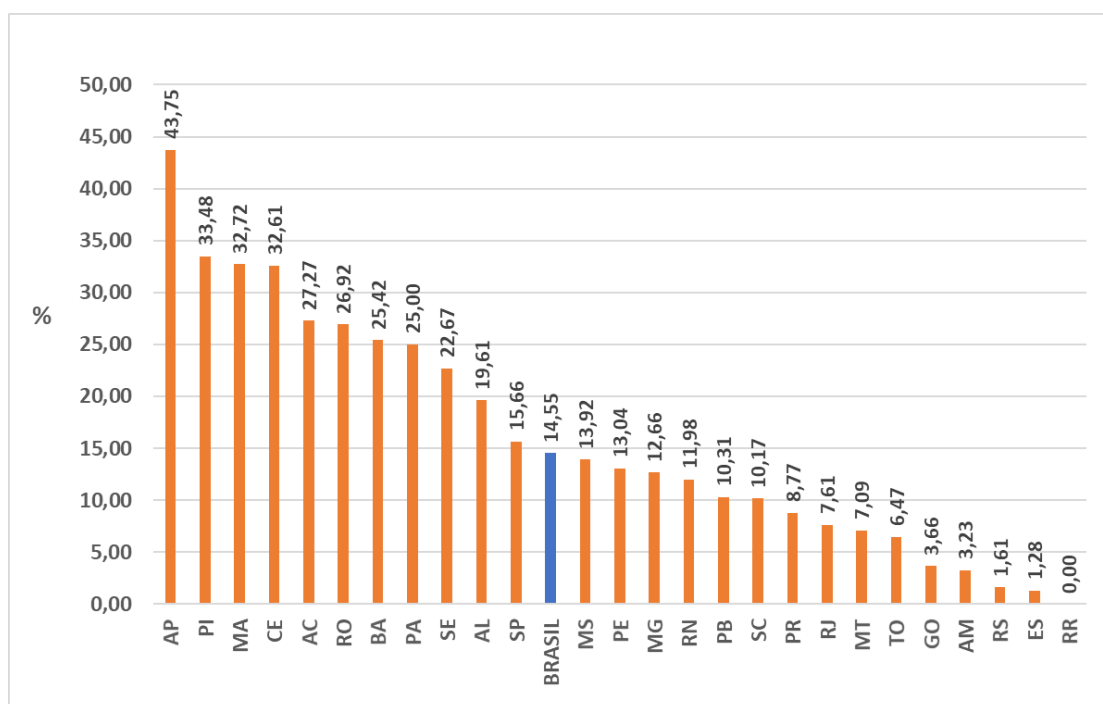
Gráfico 9 - Proporção de municípios que não registraram a PAS 2020 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

No referente à PAS 2021, conforme gráfico 10, novamente o estado do Amapá apresentou a maior proporção de municípios que não fizeram o registro no DGMP (43,75%)

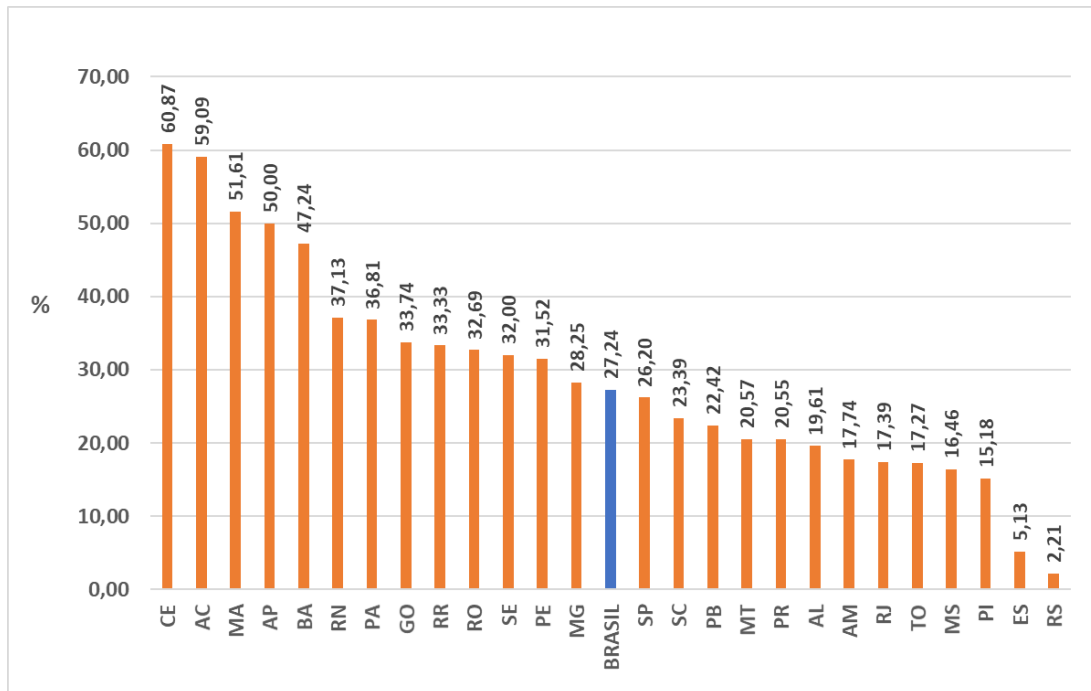
Gráfico 10 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Segundo gráfico 11, para a PAS 2022, cerca de 60% dos municípios do estado do Ceará não tinham registrado esse instrumento no DGMP, percentual quase duas vezes maior que o do ano anterior.

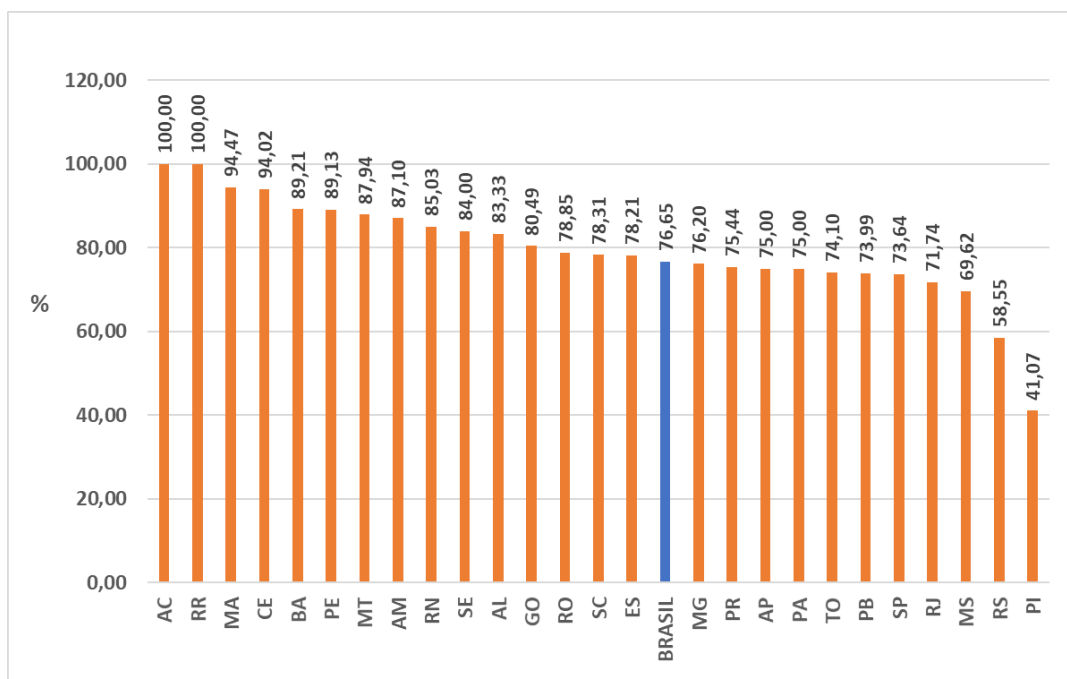
Gráfico 11 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2022 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

No tocante ao ano de 2023, a totalidade dos municípios dos estados do Acre e Roraima não tinham realizado o registro no DGMP. Observa-se para esse ano que a menor proporção pertence ao estado do Piauí (gráfico 12).

Gráfico 12 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2023 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de registro das PAS no DGMP, registra-se que 4.365 municípios (78,39% do total de municípios brasileiros), possuem pendências quanto ao registro. Desse total, a maior parte está com pendência de registro em um dos anos, totalizando 2.523 municípios (57,80%), não estando pendentes quanto ao demais cinco anos da série.

Na sequência, 910 municípios (20,85% do total de municípios com pendências), não registraram duas programações; 295 municípios não registraram três programações (6,76% do total de municípios com pendências); 203 municípios não registraram quatro programações (4,65% do total de municípios com pendências); 155 municípios não registraram cinco programações (3,55% do total de municípios com pendências) e 279 municípios não registraram seis programações (6,39% do total de municípios com pendências).

Destaca-se que a elaboração dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) e os Relatórios Anuais de Gestão (RAG) somente é possível após finalização da PAS do respectivo exercício. Portanto, os entes que não registraram a PAS no DGMP, também estão com pendências nos referidos relatórios.

A tabela 1 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de registro da PAS por estado.

Tabela 1 – Número de municípios com pendências de registro da PAS no DGMP, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2023.

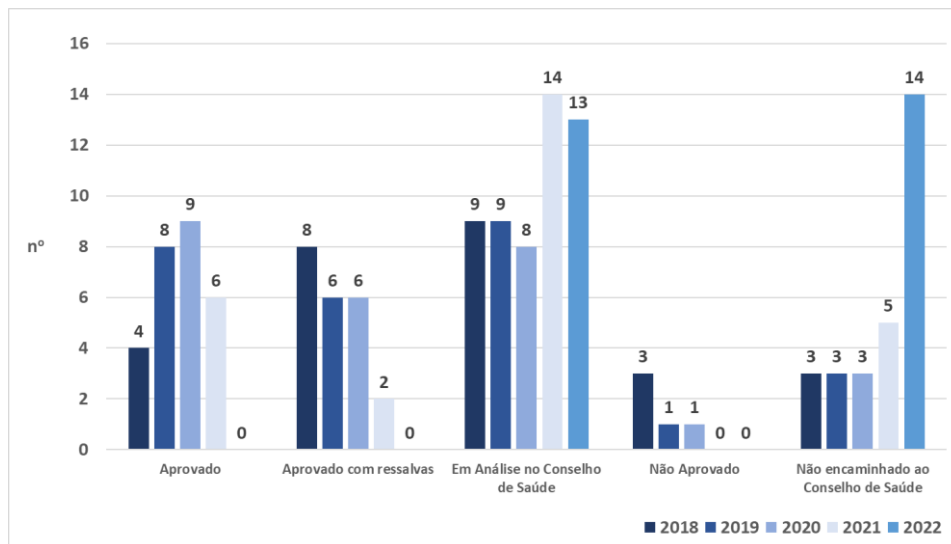
UF	Número de PAS com Pendência de Registro no DGMP						Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Uma	Doas	Três	Quatro	Cinco	Seis			
AC	9	7	0	2	0	4	22	22	100,00
AL	54	9	7	4	8	4	86	102	84,31
AM	42	10	0	0	2	0	54	62	87,10
AP	4	2	1	2	1	3	13	16	81,25
BA	160	113	43	16	14	33	379	417	90,89
CE	53	60	15	12	10	23	173	184	94,02
ES	46	8	4	2	1	0	61	78	78,21
GO	112	62	12	10	1	2	199	246	80,89
MA	75	44	25	16	12	35	207	217	95,39
MG	365	154	54	30	19	44	666	853	78,08
MS	39	10	4	2	1	2	58	79	73,42
MT	91	24	2	0	1	6	124	141	87,94
PA	49	24	1	8	14	17	113	144	78,47
PB	112	27	9	6	5	7	166	223	74,44
PE	102	36	9	8	6	4	165	184	89,67
PI	36	12	20	25	16	16	125	224	55,80
PR	215	51	12	11	5	9	303	399	75,94
RJ	42	17	5	3	2	1	70	92	76,09
RN	78	44	7	8	2	4	143	167	85,63
RO	19	7	5	5	2	4	42	52	80,77
RR	10	5	0	0	0	0	15	15	100,00
RS	269	13	6	3	3	0	294	497	59,15
SC	156	46	14	7	1	8	232	295	78,64
SE	37	8	5	1	4	8	63	75	84,00
SP	270	101	31	19	25	43	489	645	75,81
TO	78	16	4	3	0	2	103	139	74,10
BRASIL	2.523	910	295	203	155	279	4.365	5.568	78,39

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/03/2023

Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG)

A maior parte das unidades federativas encaminharam pelo DGMP os RAG de 2018 (24), 2019 (24), 2020 (24) e 2021 (22) para apreciação do Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalvas + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovado), conforme gráfico 13. Quatorze estados não enviaram o RAG de 2022. Há pendências ainda em 2018, 2019 e 2020 (três estados em cada ano) e 2021 (cinco estados).

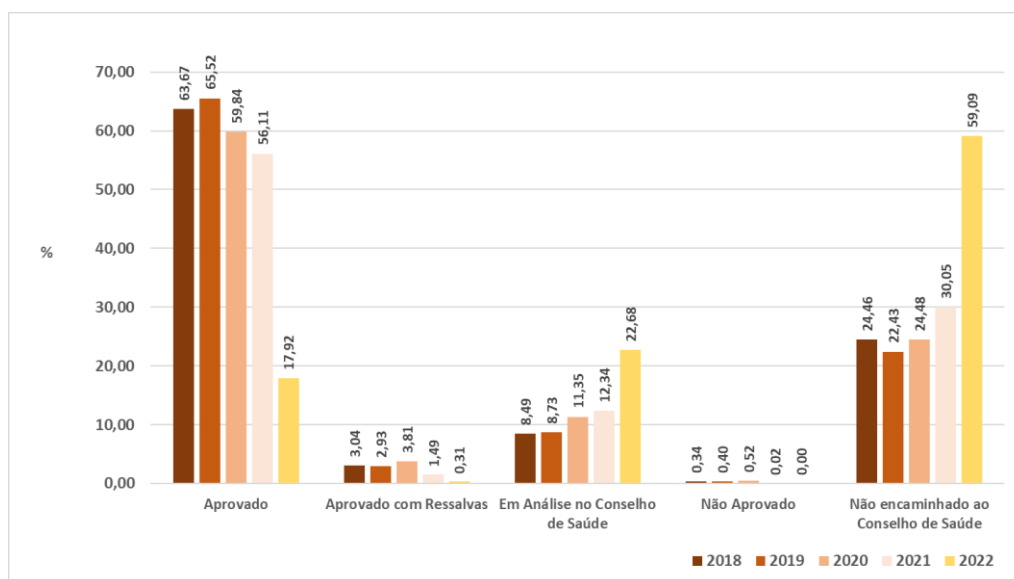
Gráfico 13 – Número de unidades federativas, segundo situação do RAG (2018 a 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Quanto aos municípios, mais de 70% deles encaminharam para apreciação no Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no Conselho de Saúde) o RAG 2018 (75,54%), RAG 2019 (77,57%) e o RAG 2020 (75,52%). Para o ano de 2021 e 2022, as proporções observadas foram de 69,95% e 40,91%, respectivamente, conforme gráfico 14.

Gráfico 14 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2022)

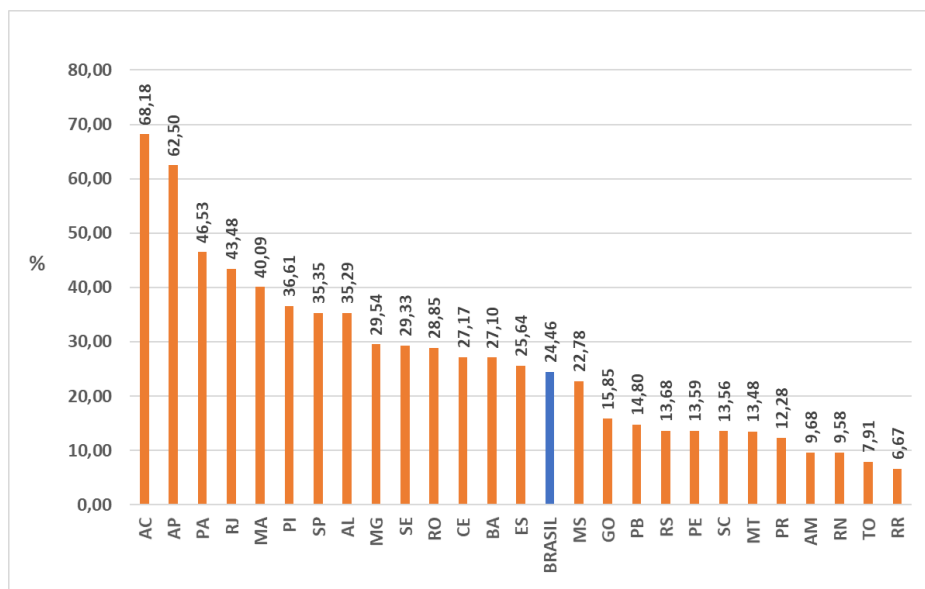


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Entretanto, há municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde, fato observado em todos os anos da série histórica.

Em 2018, observou-se que 24,46% dos municípios não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi observada no estado do Acre (68,18% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 15.

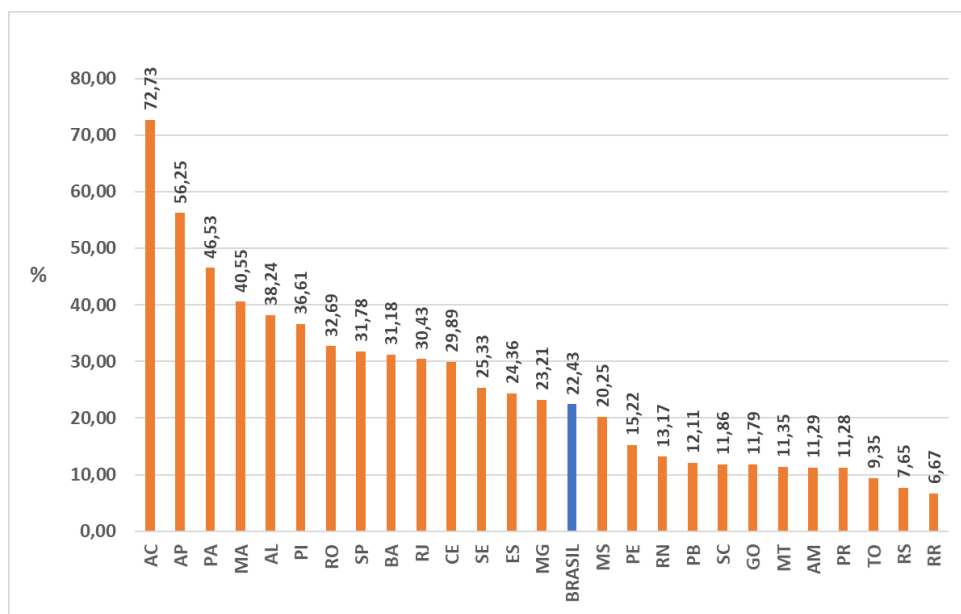
Gráfico 15 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Para o ano 2019, a proporção municípios que não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde assemelhou-se à proporção do ano anterior (22,43%). A maior proporção foi observada no estado do Acre (72,73% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 16.

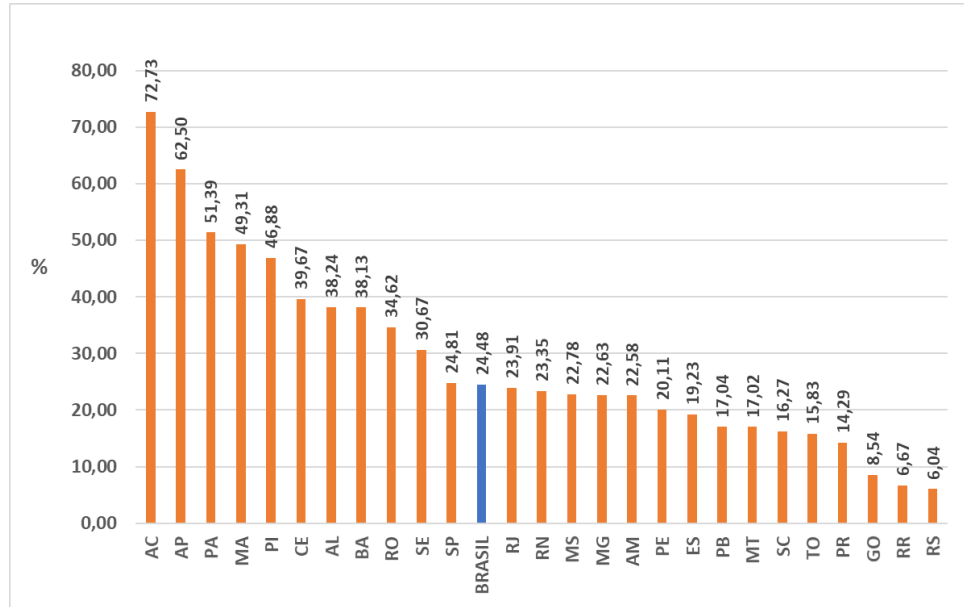
Gráfico 16 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Mesmo comportamento foi observado para o ano de 2020. O estado do Acre apresentou a maior proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. Para o país, esse percentual foi de 24,48% (gráfico 17).

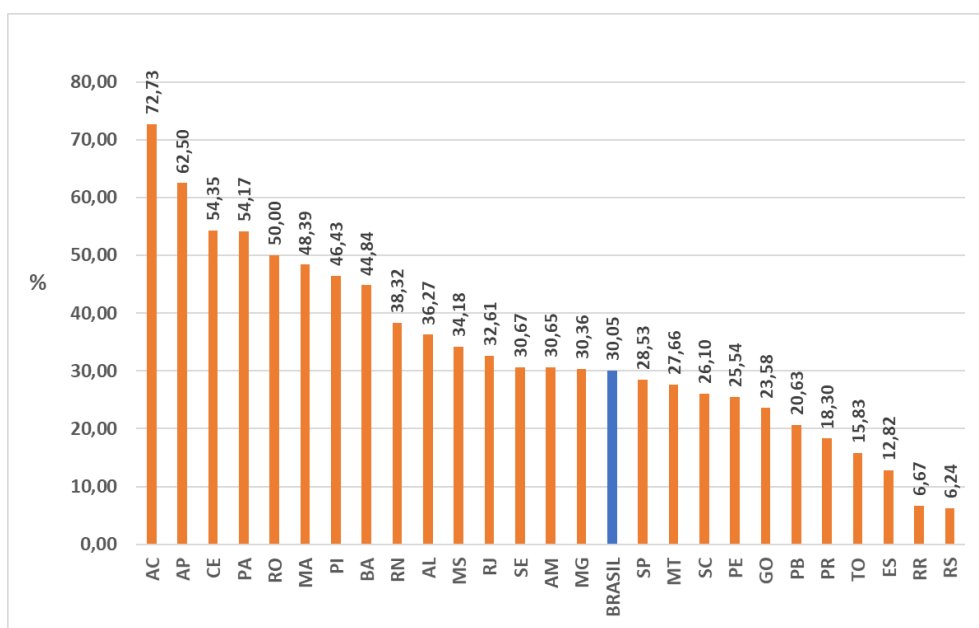
Gráfico 17 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Em 2021, a proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde foi de 30,05%. A média observada nos três anos anteriores (2018, 2019 e 2020) foi de 23,79%. Assim, houve em 2021 um incremento de 6,26 pontos nas pendências em relação a média histórica até então verificada. As proporções para o ano de 2021 estão dispostas no gráfico 18.

Gráfico 18 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



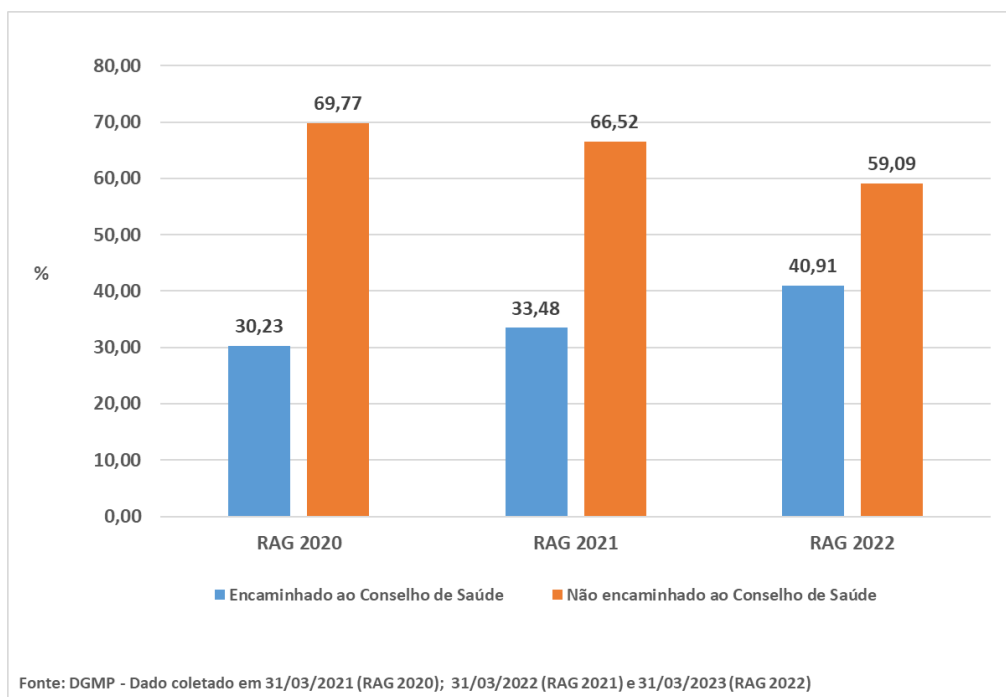
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

A análise sobre a entrega do RAG de 2022 deve ser feita de forma isolada, não cabendo comparações com os dados observados nos anos anteriores, visto que esta é a primeira apuração realizada para o ano de 2022, já que o prazo para envio do RAG desse ano foi de 30 de março de 2023.

Entretanto, é possível comparar as entregas do RAG 2022 com RAG 2020 e RAG 2021, tomando por base a proporção de municípios que encaminharam o referido relatório para apreciação no Conselho de Saúde no primeiro mês de apuração.

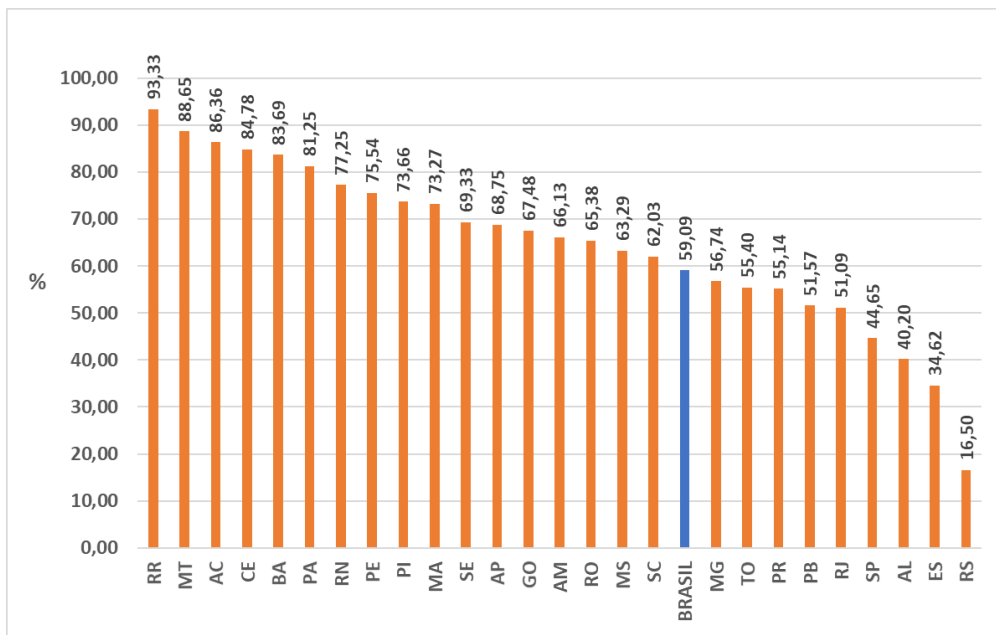
Nesse contexto, observa-se um melhor desempenho para a propoção de entrega do RAG 2022 em relação aos dois anos anteriores, porém, percebe-se uma grande proporção de pendências, visto que a data de apuração está no limite que determina a legislação (gráfico 19).

Gráfico 19 – Proporção da situação de entrega do RAG dos municípios de para análise no conselho de saúde (2020, 2021 e 2022)



Abaixo, no gráfico 20, são apresentadas as propoções de municípios que não tinham encaminhado o RAG 2022 para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi observada no estado de Roraima (93,93% dos municípios).

Gráfico 20 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2022 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de envio de RAG para apreciação no Conselho de Saúde, registra-se que 3.755 municípios (67,44% do total de municípios brasileiros), possuem pendências. Desse total, a maior parte está com pendência de envio em um dos anos, totalizando 1.722 municípios (45,86%), não estando pendentes quanto aos demais cinco anos da série.

Na sequência, 629 municípios (16,75% do total de municípios com pendências), não enviaram o RAG em dois anos; 398 municípios (10,60% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em três anos; 267 municípios (7,11% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em quatro anos e 739 municípios (19,68% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em cinco anos, isto é, pendentes em todos os anos.

A tabela 2 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de envio do RAG para apreciação no Conselho de Saúde.

Tabela 2 – Número de municípios com pendências envio do RAG para apreciação no conselho de saúde, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2022.

UF	Quantidade de RAG não Encaminhados ao Conselho de Saúde					Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco			
AC	3	1	0	3	13	20	22	90,91
AL	16	15	10	9	16	66	102	64,71
AM	26	6	9	3	2	46	62	74,19
AP	4	1	2	2	6	15	16	93,75
BA	152	48	43	29	89	361	417	86,57
CE	54	32	21	7	45	159	184	86,41
ES	24	11	3	4	4	46	78	58,97
GO	103	31	19	9	11	173	246	70,33
MA	50	23	23	14	65	175	217	80,65
MG	242	126	68	42	104	582	853	68,23
MS	28	11	2	2	13	56	79	70,89
MT	84	19	7	5	12	127	141	90,07
PA	36	16	11	13	50	126	144	87,50
PB	69	22	10	4	20	125	223	56,05
PE	91	14	11	6	20	142	184	77,17
PI	66	23	21	17	59	186	224	83,04
PR	146	34	19	12	25	236	399	59,15
RJ	23	13	7	8	13	64	92	69,57
RN	74	27	15	8	13	137	167	82,04
RO	16	5	1	4	13	39	52	75,00
RR	12	1	0	1	0	14	15	93,33
RS	96	22	13	10	6	147	497	29,58
SC	105	37	14	8	26	190	295	64,41
SE	27	7	3	1	17	55	75	73,33
SP	125	74	56	41	92	388	645	60,16
TO	50	10	10	5	5	80	139	57,55
BRASIL	1.722	629	398	267	739	3.755	5.568	67,44

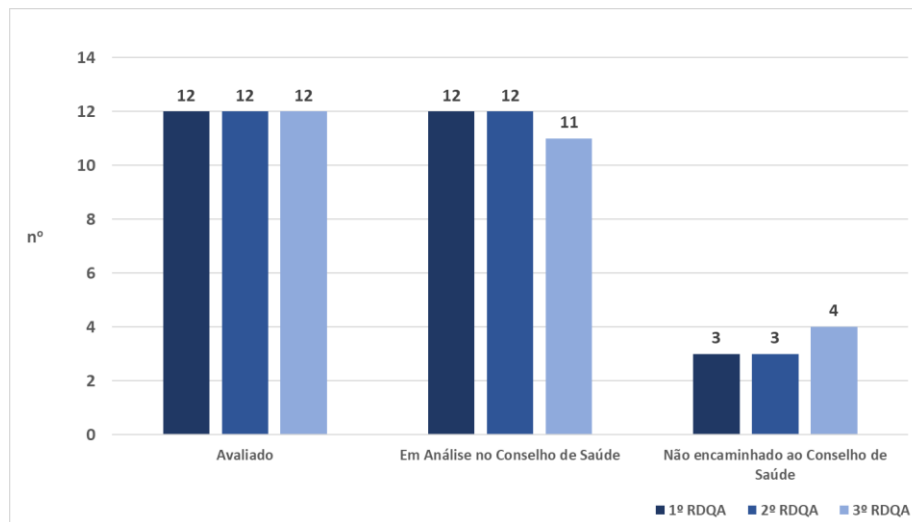
Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/03/2023

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) nos três quadrimestres de 2018, conforme gráfico 21. Por conseguinte, três unidades federativas não encaminharam o 1º e 2º RDQA para avaliação no Conselho de Saúde e quatro não o fizeram para o 3º RDQA.

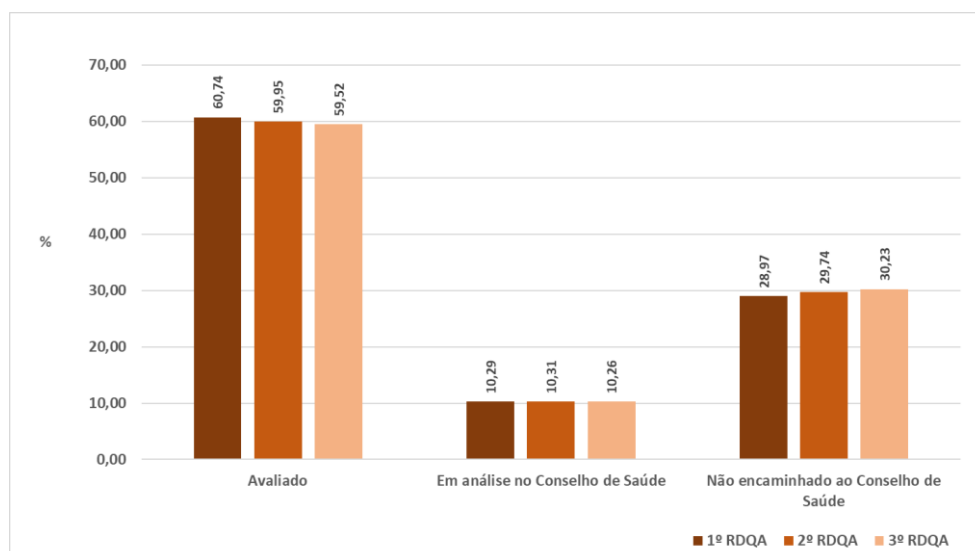
Gráfico 21 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018; 70,36% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 29,64% estão pendentes. O gráfico 22 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

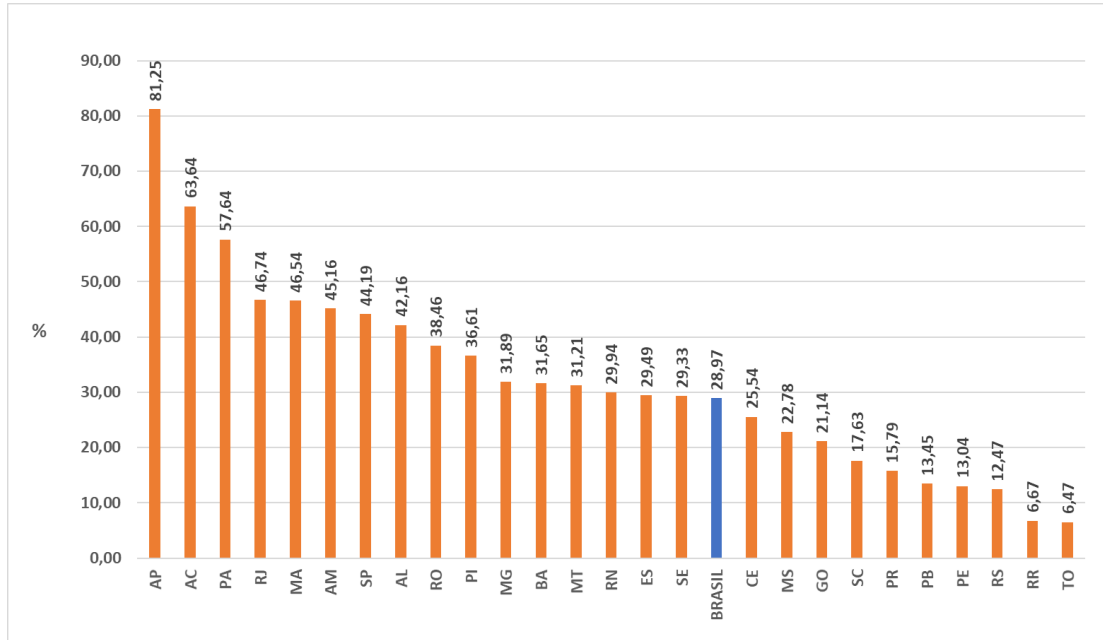
Gráfico 22 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

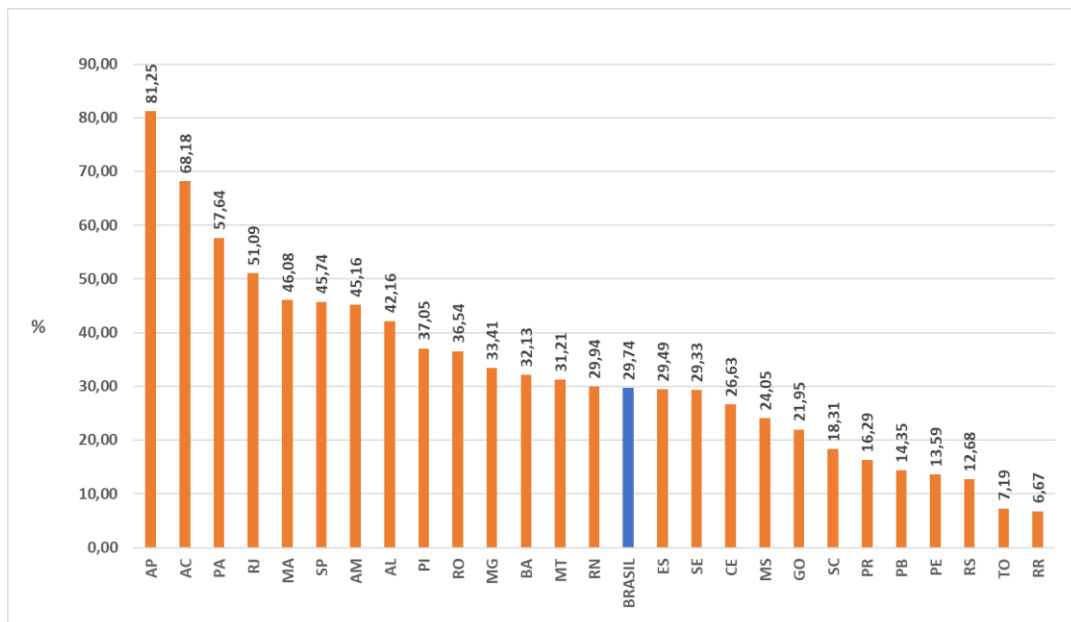
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 23, 24 e 25).

Gráfico 23 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



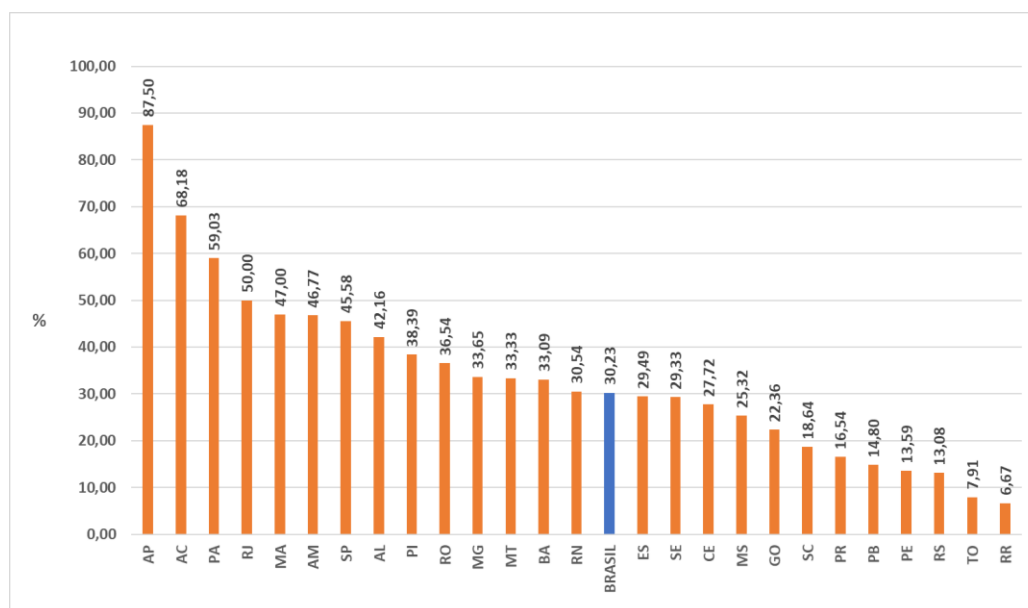
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Gráfico 24 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Gráfico 25 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Considerando-se o total dos municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.704 municípios (30,60% de todos os municípios brasileiros). A maior parte desse total (1.595 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2018 (93,60% de todos municípios pendentes); 58 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2018 (3,41% de todos municípios pendentes) e 51 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2018 (2,99% de todos municípios pendentes). A tabela 3 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 3 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2018

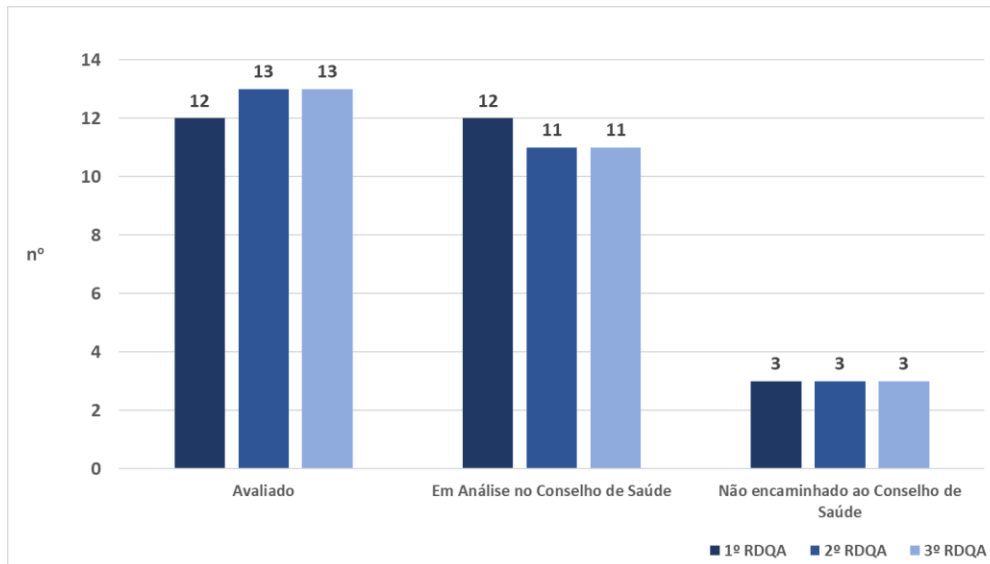
UF	Quantidade de RDQA 2018 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	1	14	15	22	68,18
AL	0	0	43	43	102	42,16
AM	1	0	28	29	62	46,77
AP	1	0	13	14	16	87,50
BA	5	3	131	139	417	33,33
CE	2	2	47	51	184	27,72
ES	0	0	23	23	78	29,49
GO	1	2	52	55	246	22,36
MA	5	2	98	105	217	48,39
MG	8	13	270	291	853	34,11
MS	1	1	18	20	79	25,32
MT	2	2	43	47	141	33,33
PA	2	0	83	85	144	59,03
PB	1	2	30	33	223	14,80
PE	0	1	24	25	184	13,59
PI	4	2	81	87	224	38,84
PR	4	5	60	69	399	17,29
RJ	1	3	43	47	92	51,09
RN	1	0	50	51	167	30,54
RO	1	0	19	20	52	38,46
RR	0	0	1	1	15	6,67
RS	2	1	62	65	497	13,08
SC	2	3	51	56	295	18,98
SE	0	0	22	22	75	29,33
SP	6	14	280	300	645	46,51
TO	1	1	9	11	139	7,91
BRASIL	51	58	1.595	1.704	5.568	30,60

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/03/2023

RDQA de 2019

Três unidades federativas ainda não encaminharam os três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 26.

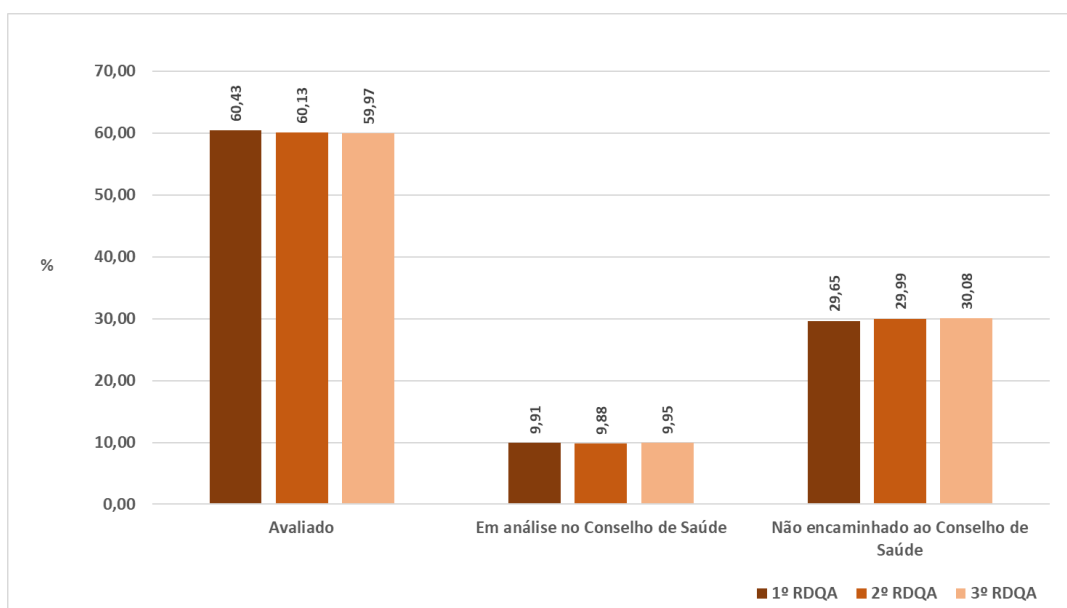
Gráfico 26 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

A mesma análise para os municípios aponta que, na média dos três RDQA de 2019; 70,09% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 29,91% estão pendentes. O gráfico 27 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

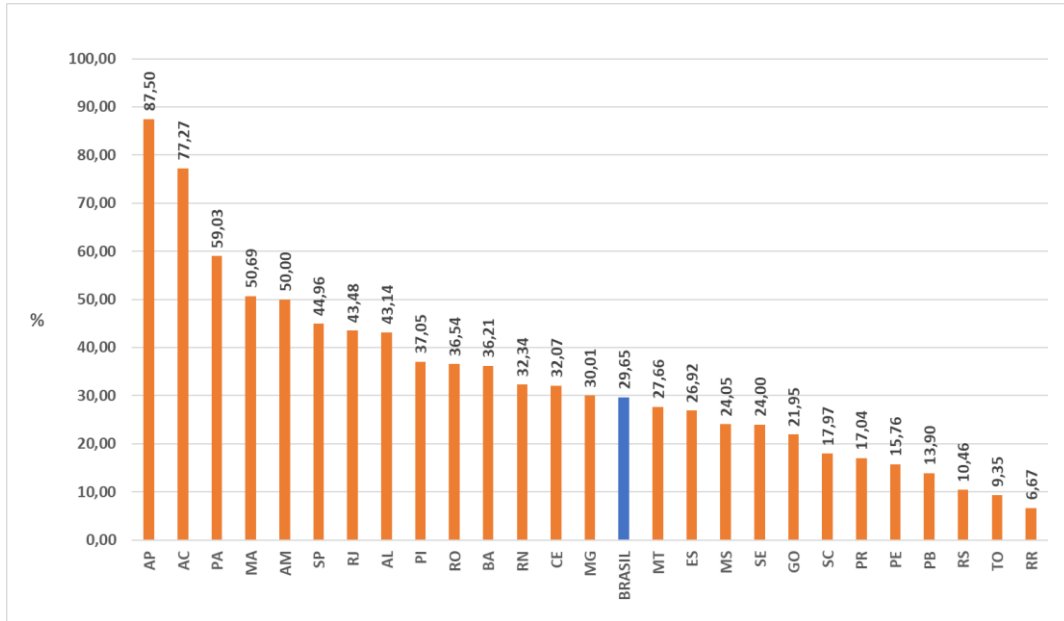
Gráfico 27 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

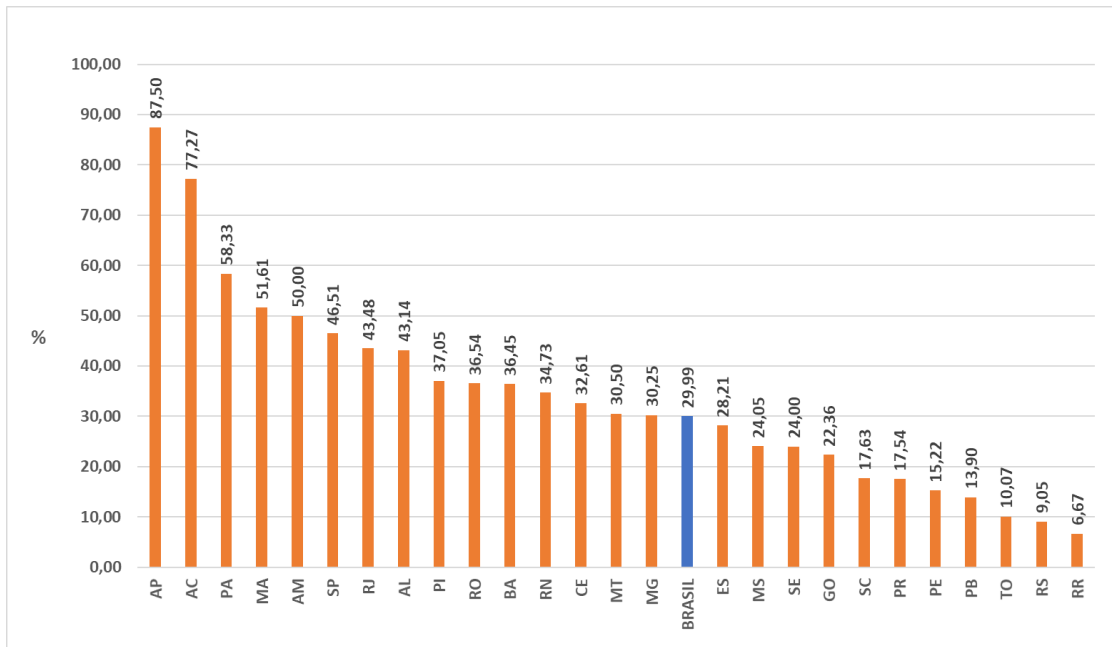
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 28, 29 e 30).

Gráfico 28 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



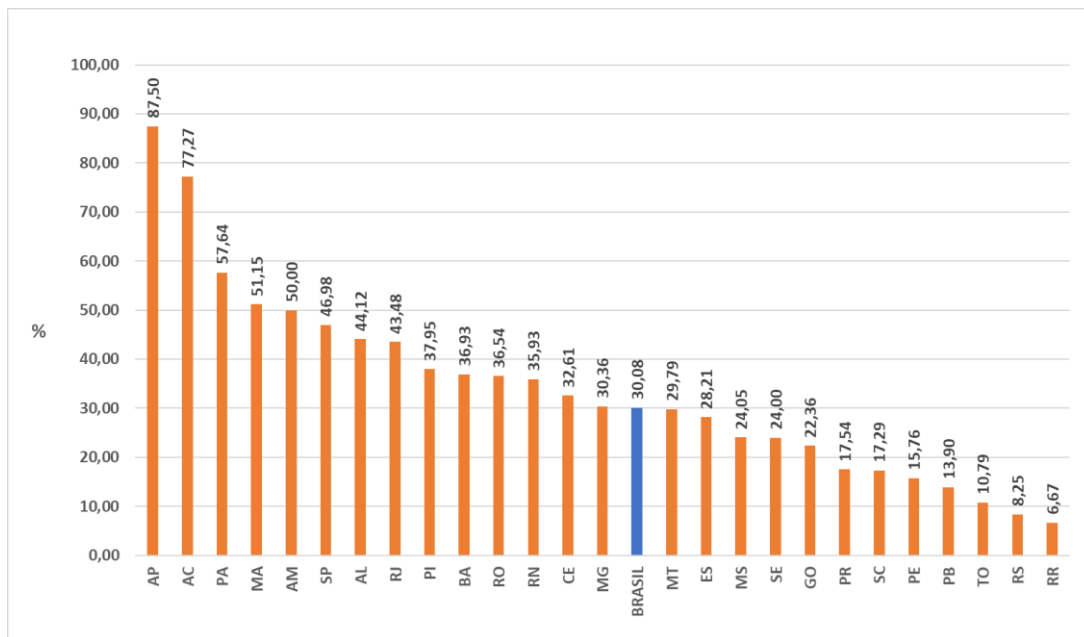
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Gráfico 29 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Gráfico 30 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Com relação aos municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.715 municípios (30,80% de todos os municípios brasileiros). A maior parte desse total (1.613 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2019 (94,05% de todos municípios pendentes); 55 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2019 (3,21% de todos municípios pendentes) e 47 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2019 (2,74% de todos municípios pendentes). A tabela 4 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 4 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2019

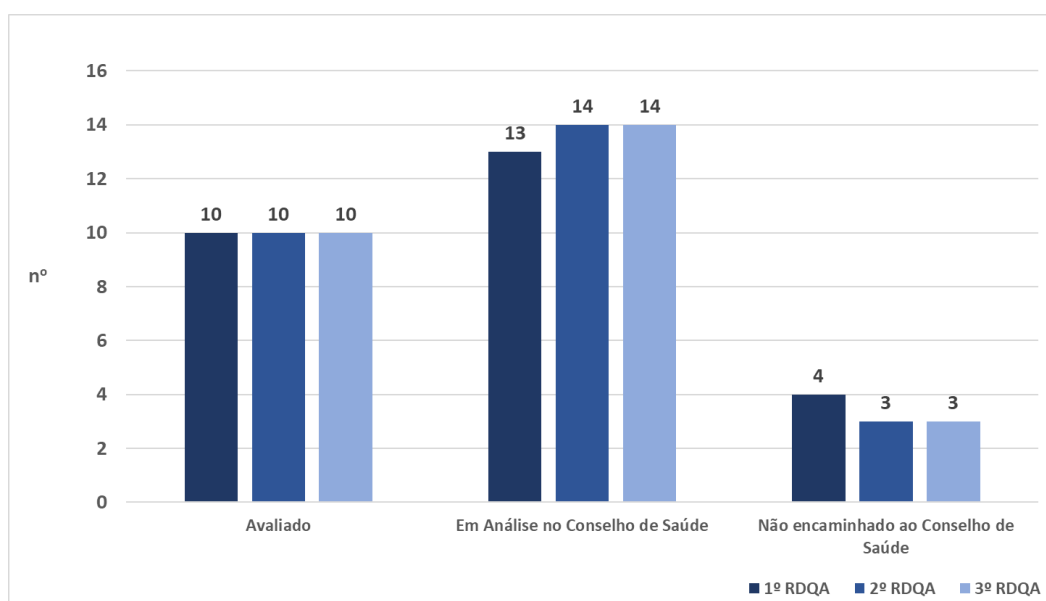
UF	Quantidade de RDQA 2020 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	17	17	22	77,27
AL	1	0	44	45	102	44,12
AM	0	0	31	31	62	50,00
AP	0	0	14	14	16	87,50
BA	2	4	149	155	417	37,17
CE	0	1	59	60	184	32,61
ES	0	1	21	22	78	28,21
GO	0	1	54	55	246	22,36
MA	0	3	109	112	217	51,61
MG	10	11	247	268	853	31,42
MS	0	0	19	19	79	24,05
MT	1	3	39	43	141	30,50
PA	2	2	82	86	144	59,72
PB	0	0	31	31	223	13,90
PE	2	0	28	30	184	16,30
PI	2	0	83	85	224	37,95
PR	3	2	67	72	399	18,05
RJ	1	1	39	41	92	44,57
RN	2	4	54	60	167	35,93
RO	0	0	19	19	52	36,54
RR	0	0	1	1	15	6,67
RS	13	7	37	57	497	11,47
SC	2	2	50	54	295	18,31
SE	0	0	18	18	75	24,00
SP	5	12	288	305	645	47,29
TO	1	1	13	15	139	10,79
BRASIL	47	55	1.613	1.715	5.568	30,80

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/03/2023

RDQA de 2020

Quatro unidades federativas não encaminharam o 1º RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, enquanto três estavam pendentes com relação ao 2º e ao 3º RDQA. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 31.

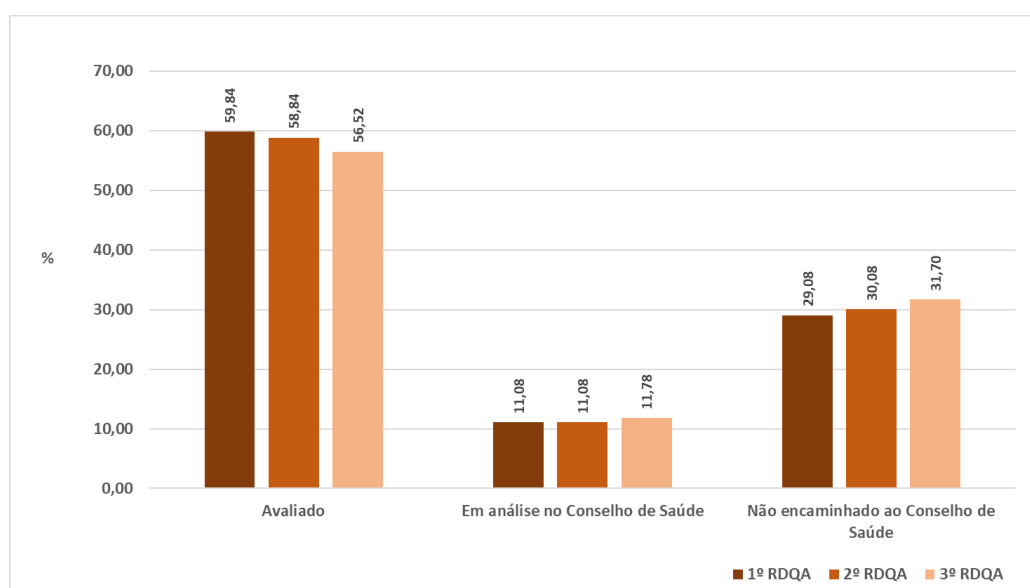
Gráfico 31 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Em relação aos municípios, a média dos municípios que encaminharam todos os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde foi 69,71%, conseqüentemente, a média de inadimplência foi de 30,29. O gráfico 32 apresenta as proporções para cada quadrimestre.

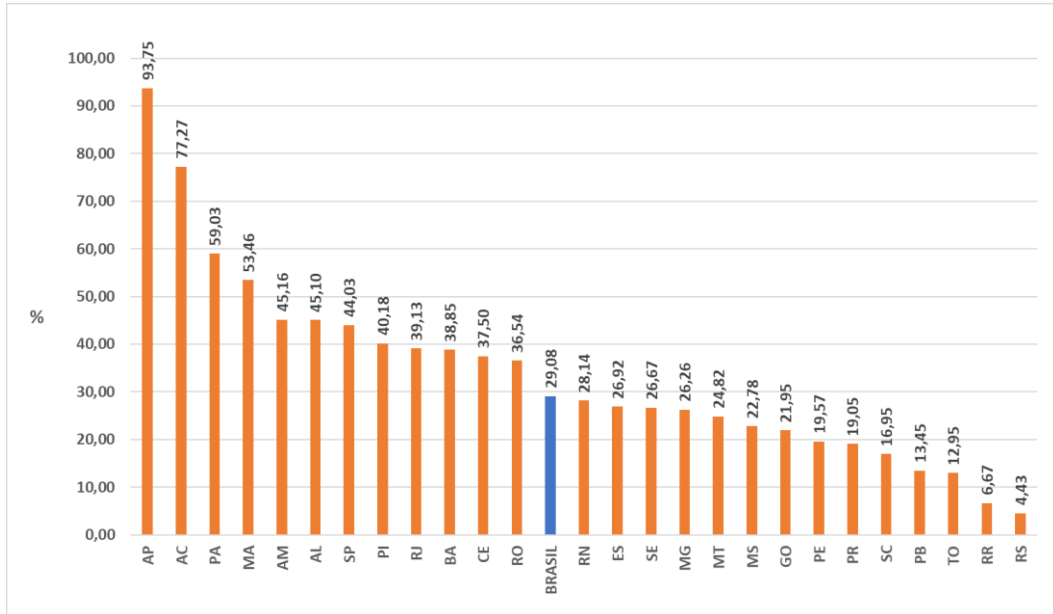
Gráfico 32 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

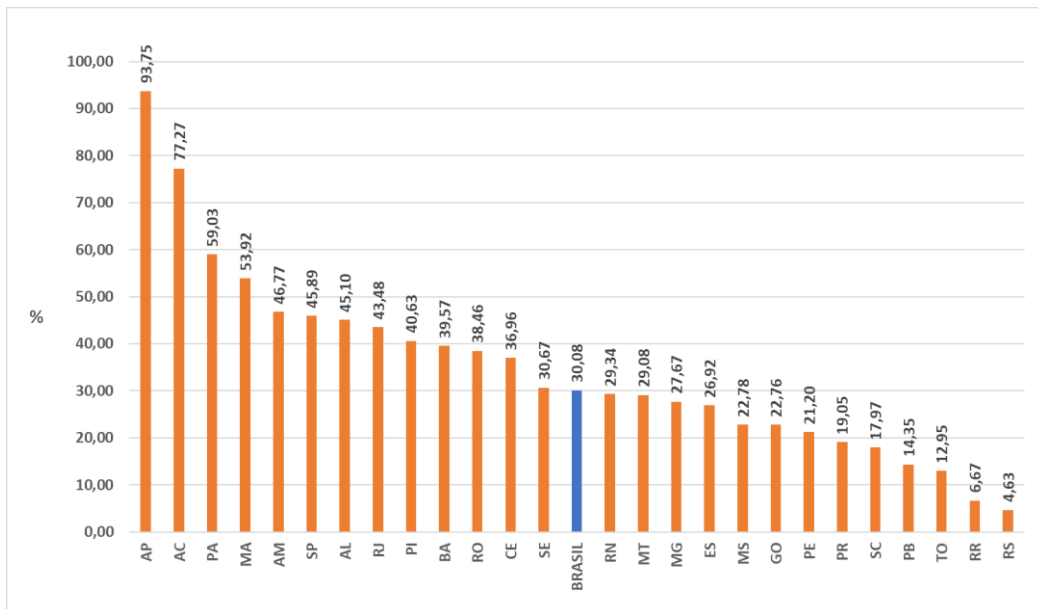
Sobre os municípios que não encaminharam os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 33, 34 e 35).

Gráfico 33 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



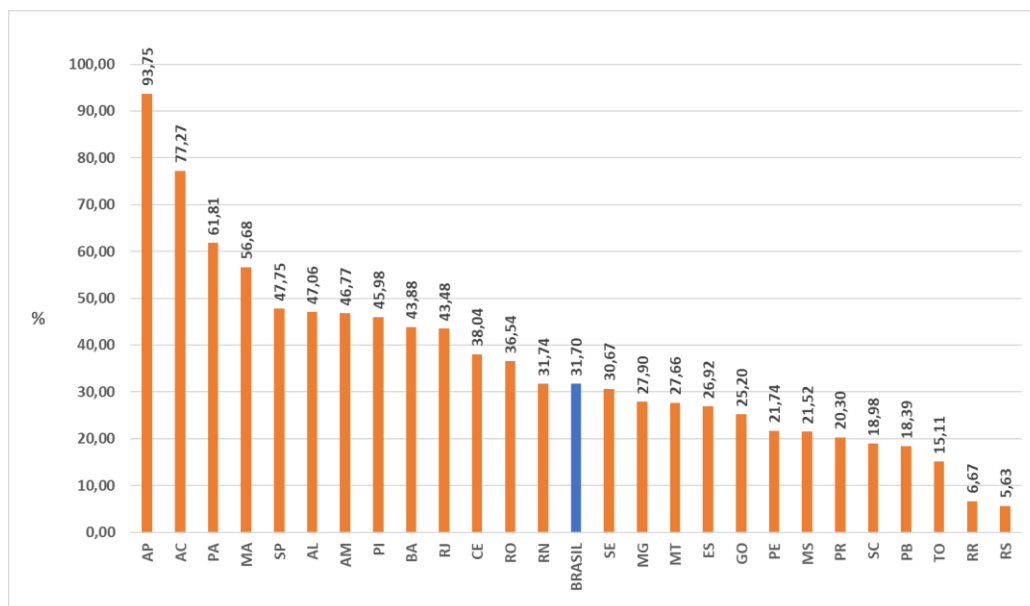
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Gráfico 34 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Gráfico 35 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, esse número somou 1.825 municípios (32,78% de todos os municípios brasileiros). A maior parte desse total (1.569 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2020 (85,97% de todos municípios pendentes); 96 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2020 (5,26% de todos municípios pendentes) e 160 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2020 (8,77% de todos municípios pendentes). A tabela 5 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 5 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2020

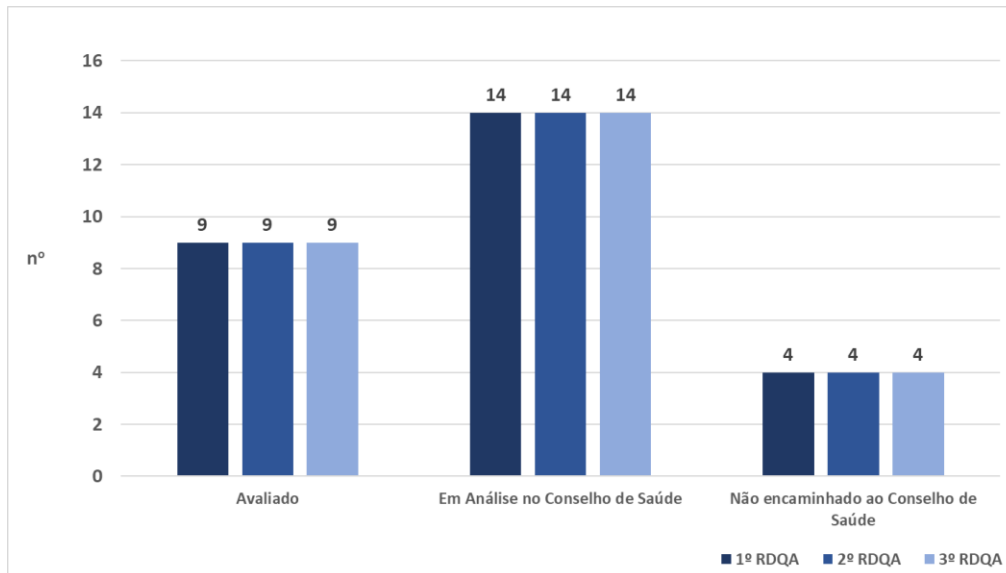
UF	Quantidade de RDQA 2020 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	17	17	22	77,27
AL	2	0	46	48	102	47,06
AM	2	0	28	30	62	48,39
AP	0	0	15	15	16	93,75
BA	19	4	161	184	417	44,12
CE	6	3	65	74	184	40,22
ES	0	0	21	21	78	26,92
GO	9	2	53	64	246	26,02
MA	7	2	115	124	217	57,14
MG	24	25	208	257	853	30,13
MS	0	1	17	18	79	22,78
MT	5	7	32	44	141	31,21
PA	5	1	84	90	144	62,50
PB	10	3	29	42	223	18,83
PE	6	2	35	43	184	23,37
PI	13	2	89	104	224	46,43
PR	7	2	74	83	399	20,80
RJ	2	6	34	42	92	45,65
RN	8	6	43	57	167	34,13
RO	1	0	19	20	52	38,46
RR	0	0	1	1	15	6,67
RS	8	1	21	30	497	6,04
SC	3	3	50	56	295	18,98
SE	2	2	20	24	75	32,00
SP	16	22	276	314	645	48,68
TO	5	2	16	23	139	16,55
BRASIL	160	96	1.569	1.825	5.568	32,78

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/03/2023

RDQA de 2021

Quatro unidades federativas não encaminharam os três RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 36.

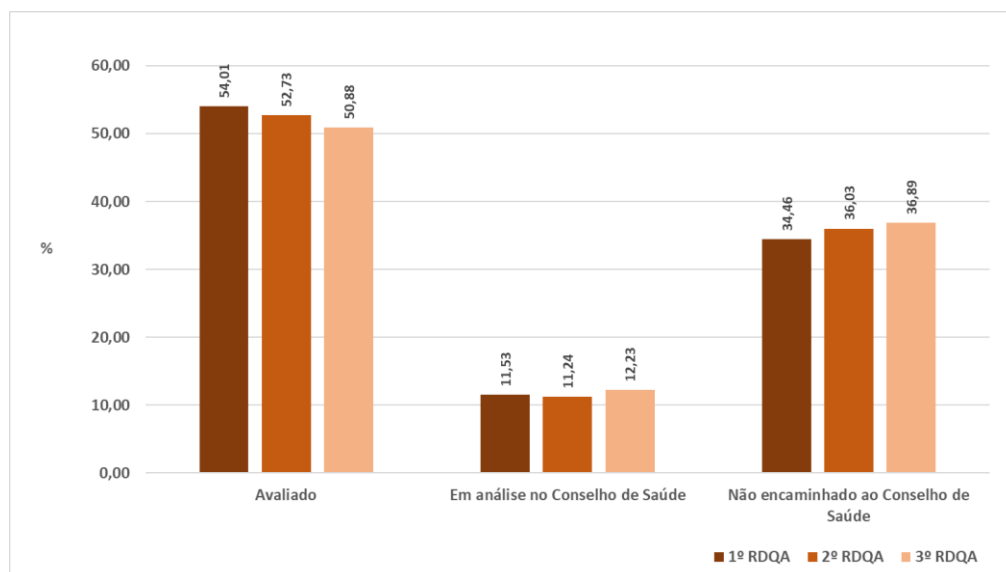
Gráfico 36 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Em análise análoga para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2021; 64,21% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 35,79% estão pendentes. O gráfico 37 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

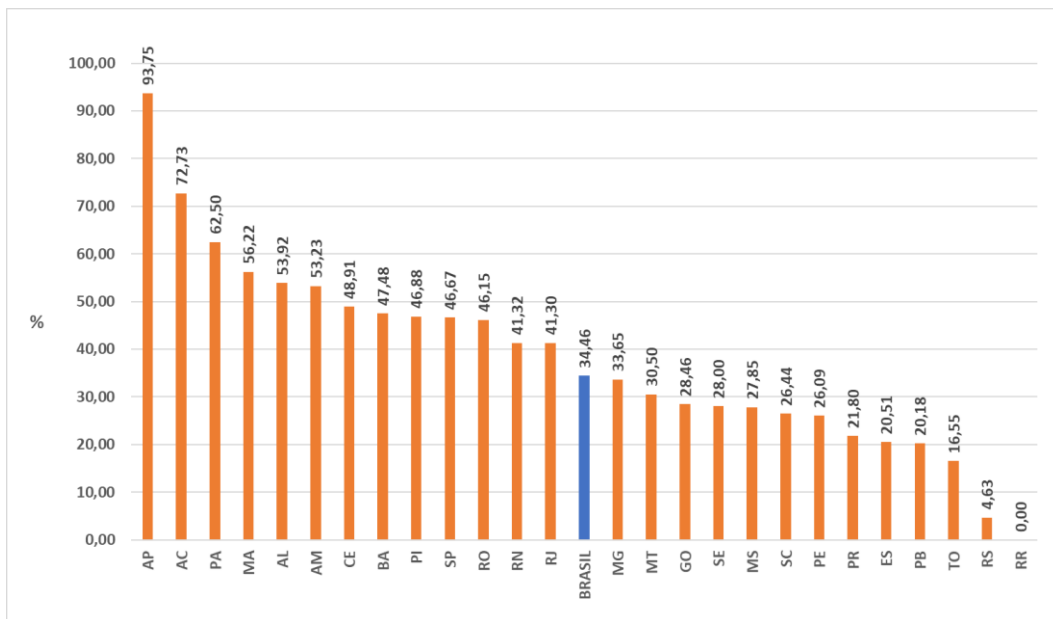
Gráfico 37 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

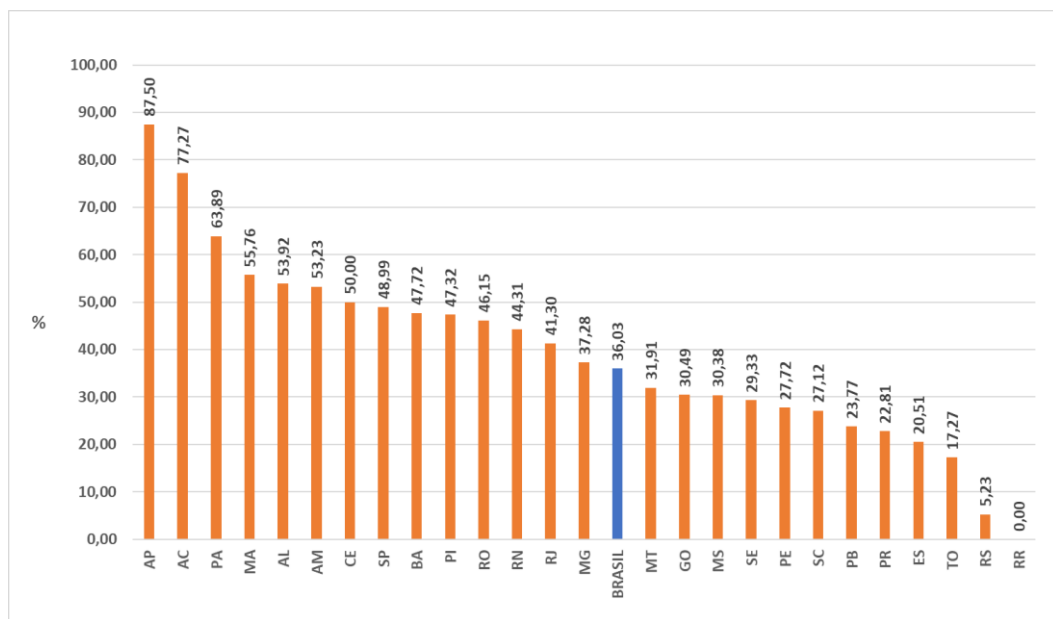
Tomando-se por base somente os municípios que não encaminharam os RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 38, 39 e 40).

Gráfico 38 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



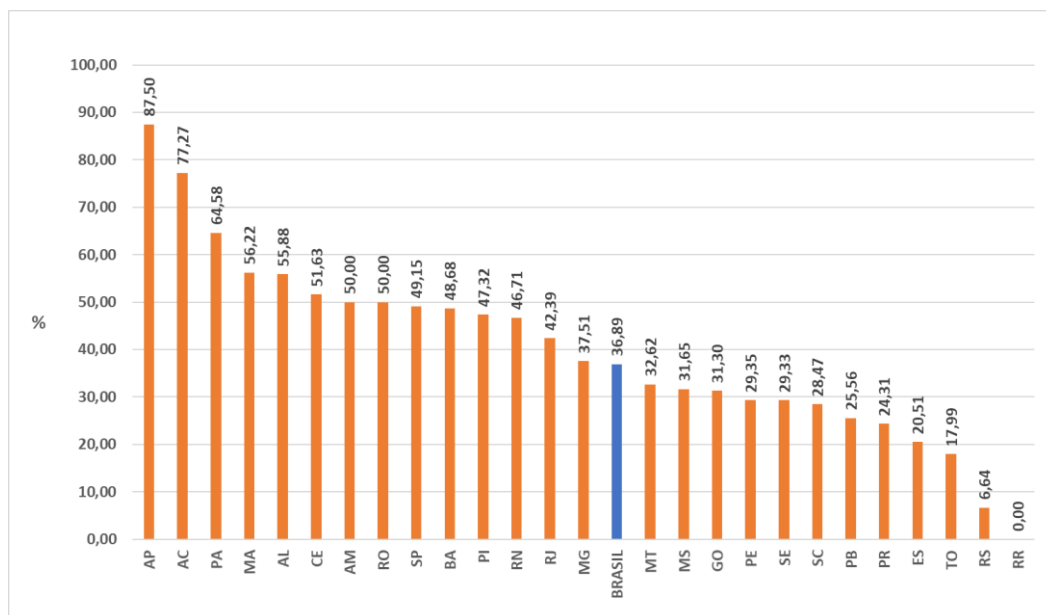
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Gráfico 39 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Gráfico 40 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 2.093 municípios (37,59% de todos os municípios brasileiros). A maior parte desse total (1.892 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2021 (90,40% de todos municípios pendentes); 102 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2021 (4,87% de todos municípios pendentes) e 99 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2021 (4,73% de todos municípios pendentes). A tabela 6 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 6 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2021

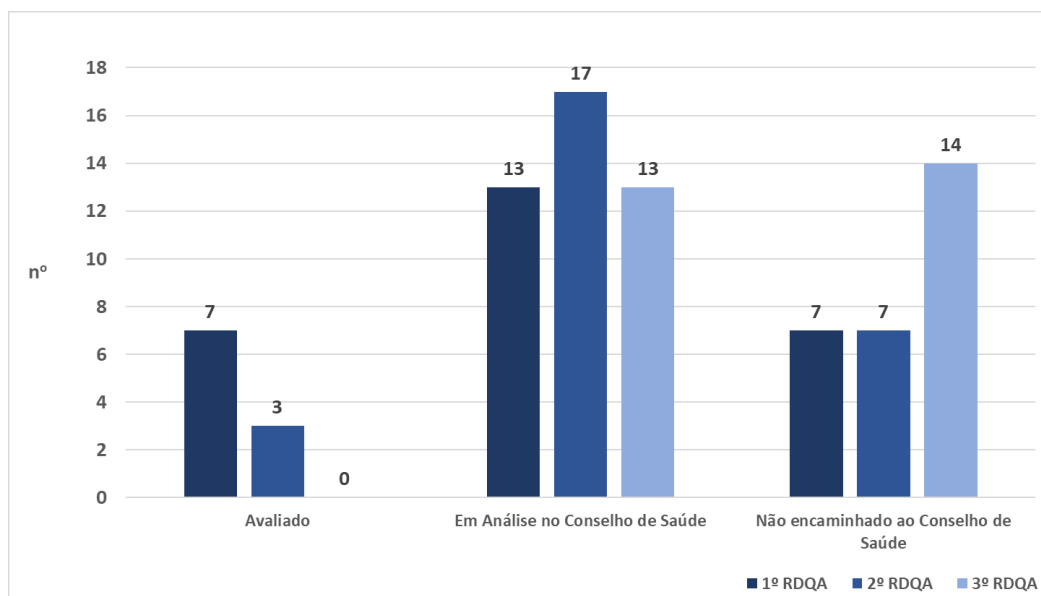
UF	Quantidade de RDQA 2021 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	1	16	17	22	77,27
AL	3	1	54	58	102	56,86
AM	2	1	31	34	62	54,84
AP	1	0	14	15	16	93,75
BA	4	1	198	203	417	48,68
CE	3	2	90	95	184	51,63
ES	0	0	16	16	78	20,51
GO	4	4	70	78	246	31,71
MA	2	3	119	124	217	57,14
MG	17	34	280	331	853	38,80
MS	1	2	22	25	79	31,65
MT	3	1	43	47	141	33,33
PA	2	3	89	94	144	65,28
PB	8	6	45	59	223	26,46
PE	3	3	48	54	184	29,35
PI	0	1	105	106	224	47,32
PR	13	2	86	101	399	25,31
RJ	3	2	36	41	92	44,57
RN	4	5	69	78	167	46,71
RO	1	2	23	26	52	50,00
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	10	6	20	36	497	7,24
SC	5	3	77	85	295	28,81
SE	0	1	21	22	75	29,33
SP	8	16	298	322	645	49,92
TO	2	2	22	26	139	18,71
BRASIL	99	102	1.892	2.093	5.568	37,59

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/03/2023

RDQA de 2022

Sete unidades federativas ainda não encaminharam o 1º e 2º RDQA para avaliação no Conselho de Saúde. Esse número foi o dobro com relação ao 3º RDQA. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 41.

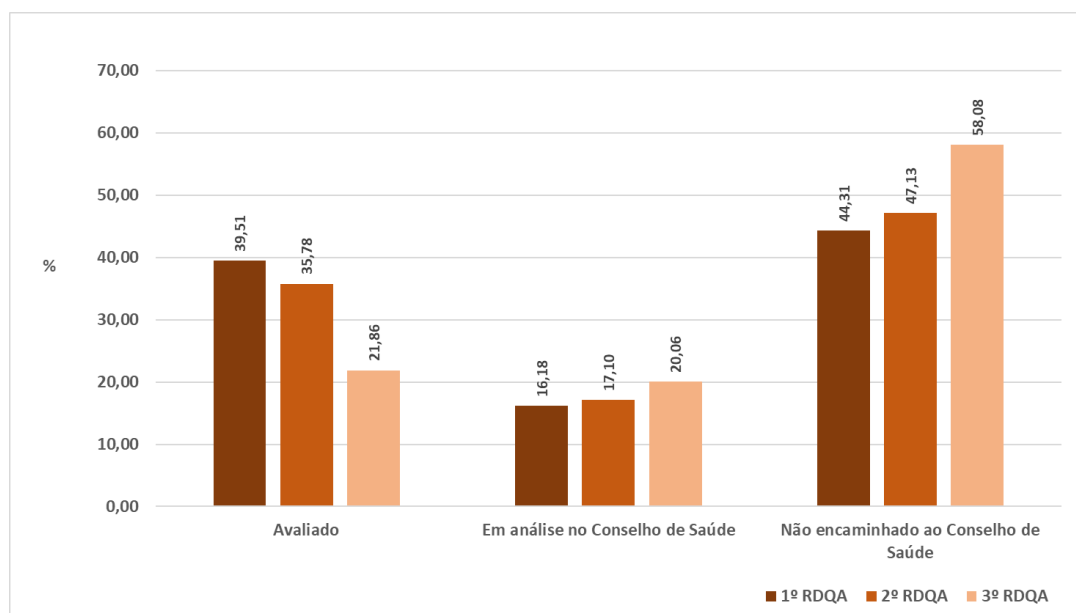
Gráfico 41 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2022; 50,16% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 49,84% estão pendentes. O gráfico 42 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

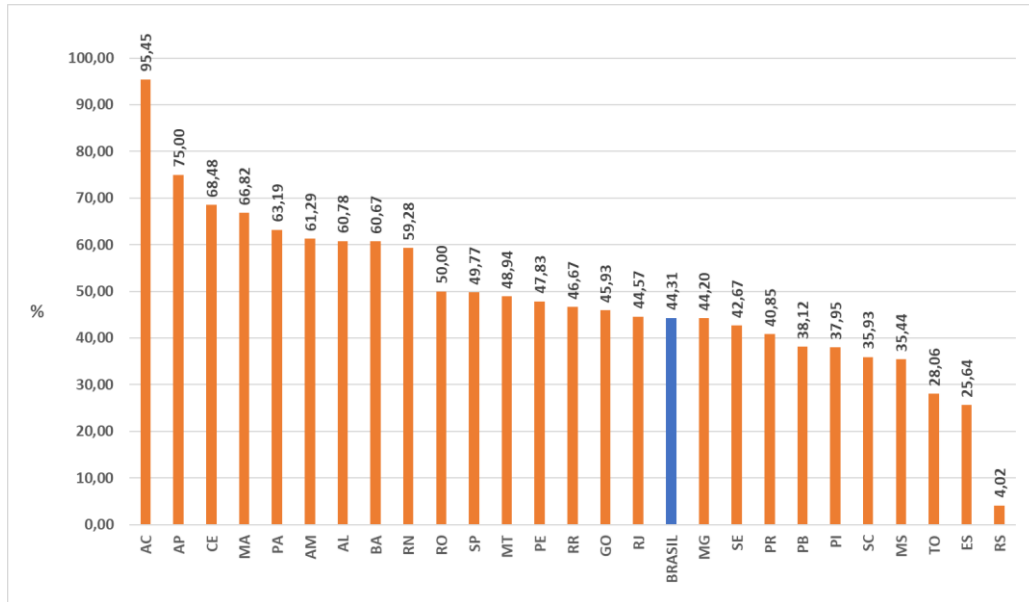
Gráfico 42 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

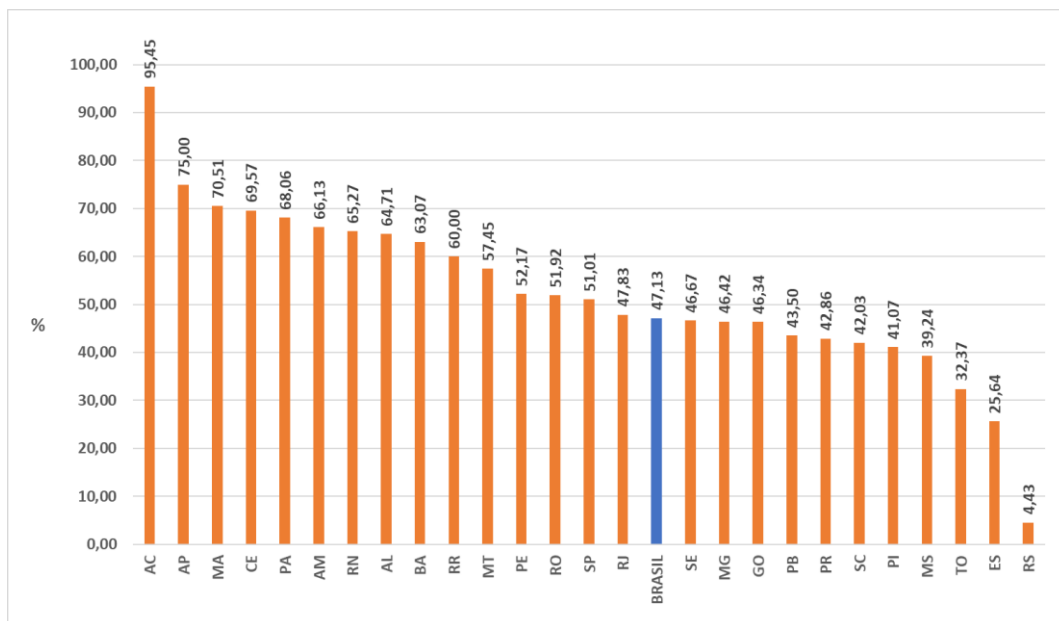
Na análise por cada estado, gráficos 43, 44 e 45, observaram-se no estado do Acre as maiores proporções de municípios que não encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde), nos três quadrimestres de 2022.

Gráfico 43 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



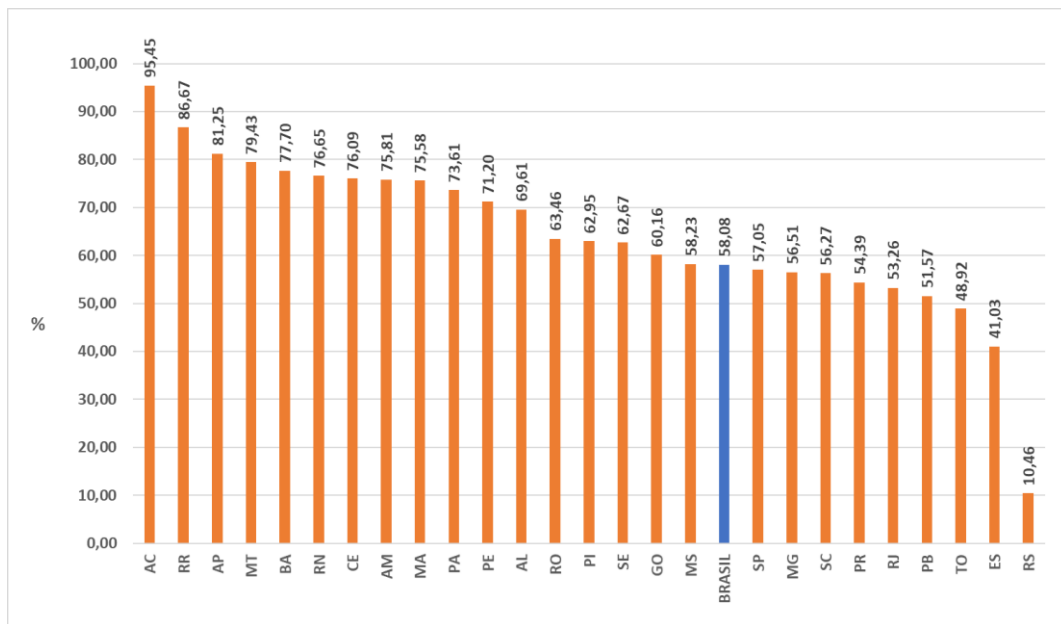
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Gráfico 44 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Gráfico 45 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2023

Em relação municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2022 para avaliação Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 3.258 municípios (58,51% de todos os municípios brasileiros). A maior parte desse total (2.441 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2022 (74,92% de todos municípios pendentes); 185 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2022 (5,68% de todos municípios pendentes) e 632 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2022 (19,40% de todos municípios pendentes). A tabela 7 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 7 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2022

UF	Quantidade de RDQA 2022 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	21	21	22	95,45
AL	7	3	62	72	102	70,59
AM	6	3	38	47	62	75,81
AP	1	0	12	13	16	81,25
BA	60	12	252	324	417	77,70
CE	12	2	126	140	184	76,09
ES	12	0	20	32	78	41,03
GO	35	5	110	150	246	60,98
MA	11	8	145	164	217	75,58
MG	92	22	373	487	853	57,09
MS	15	3	28	46	79	58,23
MT	31	12	69	112	141	79,43
PA	10	6	91	107	144	74,31
PB	21	12	84	117	223	52,47
PE	34	10	87	131	184	71,20
PI	48	9	84	141	224	62,95
PR	48	13	159	220	399	55,14
RJ	6	4	40	50	92	54,35
RN	24	9	98	131	167	78,44
RO	7	2	25	34	52	65,38
RR	4	2	7	13	15	86,67
RS	31	6	17	54	497	10,87
SC	41	20	105	166	295	56,27
SE	13	4	31	48	75	64,00
SP	40	12	318	370	645	57,36
TO	23	6	39	68	139	48,92
BRASIL	632	185	2.441	3.258	5.568	58,51

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/03/2023

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgm>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.

Responda à pesquisa disponível por meio do link:

<https://ncv.microsoft.com/BazoIU6zAn>



DISQUE SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.sau.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

